



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

COMUNICAÇÃO AMBIENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

PATRICK BOLONHA FERREIRA ESPOSITO

Rio de Janeiro
2008



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

COMUNICAÇÃO AMBIENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Monografia submetida à Banca de Graduação
como requisito para obtenção do diploma de
Comunicação Social – Jornalismo

PATRICK BOLONHA FERREIRA ESPOSITO
Orientador: Prof. Dr. Mohammed ElHajji

Rio de Janeiro
2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **Comunicação Ambiental para o Desenvolvimento Local**, elaborada por Patrick Bolonha Ferreira Esposito

Monografia Examinada:
Rio de Janeiro, no dia 08/12/2008.

Comissão Examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Mohammed ElHajji

Co-orientador: Israel Oliveira

Profª. Dra. Cristina Haguenauer

Prof. Dr. William Braga

Rio de Janeiro
2008

Ao meu amor, Beatriz. Uma pessoa que dedica sua vida ao seu amor aos animais só pode ser muito especial. É no apoio mútuo que alcançaremos todos os nossos objetivos juntos. Obrigado pelo seu amor, pela dedicação, pela vontade de estar comigo e pelos momentos só nossos. Te amo.

À minha mãe, que, com seu amor, influenciou diretamente meu caráter, meus gostos pessoais, minhas convicções, meus valores. São características inalienáveis, que espero passar para outras gerações.

Ao meu pai, que sempre me mostrou o valor da honestidade e do trabalho junto aos que mais precisam. Estou certo de que você sempre estará nos corações de Inhaúma e Madureira.

Ao meu irmão pelas brincadeiras de infância que se mantém até hoje.

À minha querida vó Carmen. Obrigado pelos divertidos almoços às 11:00, seu carinho e sua amizade, pelas recordações, pelos momentos que passamos juntos.

Aos meus tios Guilherme e Marita, pelos momentos de felicidade, pelas risadas, pela preocupação comigo e pelos almoços às 11:00.

Aos meus avós que já não estão mais aqui.

A todos os Escrotos. São pessoas que marcaram uma fase importante da minha vida e que carregarei eternamente comigo, mesmo que à distância.

A todos os meus amigos: Luís Flávio, Álvaro, pessoal de Copa, VET/UFF, ECO/UFRJ, IRI/PUC. Ainda espero sair muito com vocês... certamente são pessoas que levarei para sempre. Espero eternizar pelo menos algumas amizades.

Ao meu orientador, tutor e amigo Mohammed, que acreditou neste trabalho. Certamente esta é só uma parte de um projeto maior. A Israel, que foi fundamental para a evolução deste estudo apontando os erros e valorizando as qualidades.

Ao Rio de Janeiro, minha cidade querida, que, sem “apesar de”, é inegavelmente o lugar mais lindo do mundo. Tenho muito orgulho de ter nascido nesta cidade, onde quero morar até poder voitar.

A Arraial do Cabo, cidade onde vivi os melhores momentos de minha infância e que inspirou o tema desta monografia. Assim como minha sensação de prazer quando chego em Arraial não se perde, espero que suas tradições também não se percam. Como bom otimista, creio que dias melhores virão.

A Deus e a todos que estão ao meu lado me influenciando positivamente, sejam encarnados ou desencarnados.

A todos que se dedicam pela a democratização e descentralização da informação. A todos que se dedicam aos povos tradicionais e à ecologia.

ESPOSITO, Patrick Bolonha Ferreira. *Comunicação Ambiental para o Desenvolvimento Local*. Monografia de Graduação (Habilitação em Jornalismo). Escola de Comunicação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Orientador: Mohammed ElHajji

RESUMO

O trabalho contextualiza historicamente o discurso ambiental, buscando, nas diversas correntes do pensamento ambientalista, a base teórica para apresentar o conceito de desenvolvimento local. Essa noção deve ter como premissa a valorização do conhecimento empírico das populações tradicionais, que têm a mídia comunitária como instrumento de mobilização, afirmação cultural e defesa de seus direitos. Posteriormente, é feita uma análise crítica das diferentes abordagens midiáticas sobre a temática ecológica, apontando princípios para a comunicação ambiental. Com isso, são estabelecidos parâmetros para a atuação desta de forma comunitária e em rede, em prol do desenvolvimento local. Por fim, uma análise de caso é providencial para provar a aplicabilidade prática dessa simbiose entre sabedoria acadêmica e popular.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

2. MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO LOCAL

- 2.1. Discurso Ambiental
- 2.2. Desenvolvimento sustentável
- 2.3. Ecodesenvolvimento
- 2.4. Desenvolvimento local

3. COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

- 3.1. Comunidade e Destino Comum: identidade, memória, continuidade
- 3.2. Comunidade e Meio Ambiente
- 3.3. Comunicação Comunitária *Versus* Interesses Globais

4. MÍDIA E COMUNICAÇÃO AMBIENTAL

- 4.1. Comunicação Ambiental: meio ambiente em debate
- 4.2. Veículos de Comunicação e Meio Ambiente

5. COMUNICAÇÃO AMBIENTAL ENQUANTO COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA

- 5.1. Comunicação Comunitária e Meio Ambiente
- 5.2. Estudo de Caso: Jornal O ECO / Ilha Grande

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. INTRODUÇÃO

A aceleração dos processos de industrialização e urbanização na metade do século XX levou à proliferação de doenças ligadas à poluição atmosférica – como a asma – e à contaminação dos recursos hídricos, como a hepatite A. Com esse aumento da percepção humana sobre a degradação ambiental, ganhou força o ambientalismo como um movimento essencialmente preocupado com as consequências da crise ecológica sobre o homem.

Dessa forma, apareceram os primeiros movimentos em prol do meio ambiente, que se tornou um dos principais temas de pauta dos debates internacionais. Por conseguinte, surgiram diversas correntes de ativismo ecológico com diferentes propostas de atuação, mas a que se tornou mais utilizada pelos discursos das empresas e dos movimentos sociais foi o desenvolvimento sustentável.

No entanto, o paradigma de sociedade pós-moderna tem como modelo a ser seguido um país cujo padrão comportamental, baseado no consumo, é ecologicamente inviável: os EUA. Desse modo, o desenvolvimento sustentável, como teoria inserida no contexto atual, deve ser analisado criticamente e os países subdesenvolvidos devem buscar outras formas de alcançar a qualidade de vida desejada que não degradem o meio ambiente.

Ao que se percebe, a legitimação do discurso do desenvolvimento sustentável pode ser encontrada nas diversas áreas de comunicação, que geralmente abordam a temática ambiental de forma superficial e com viés mercadológico. Na publicidade, o marketing verde é visto como excelente oportunidade de tornar a imagem empresarial mais simpática. Já no jornalismo, o meio ambiente vem ganhando cada vez mais espaço, mas principalmente por meio de reportagens alarmistas sobre catástrofes ecológicas que rendem impactantes fotos de capa de jornais.

No entanto, longe da imprensa tradicional, há veículos não comprometidos com a atual cultura de mercado. Isso inclui algumas revistas especializadas (não ligadas a grandes empresas de comunicação) e mídias alternativas, que ganham espaço especialmente na internet. Dessa forma, no ciberespaço pode-se encontrar sites, blogs, fóruns, vídeos amadores e web rádios dedicados exclusivamente à temática ambiental.

Do mesmo modo, as mídias comunitárias, envolvidas unicamente com a comunidade local e seu meio, posicionam-se como opções práticas para o exercício do ambientalismo sem o comprometimento com conglomerados empresariais. Assim, esses veículos de comunicação atuam como instrumentos de mobilização dessas sociedades no sentido de reafirmar suas identidades culturais e servir como canal de reivindicação de suas demandas cidadãs.

Para o alcance do objetivo final deste estudo deve-se, primeiramente, fundamentar o significado de desenvolvimento local. Para isso, é preciso conhecer o discurso ecológico desde sua origem até hoje, analisando as diferentes propostas para conjugar crescimento sócio-econômico e preservação ambiental. A partir daí, seleciona-se o que cada uma tem a contribuir com o ambientalismo, excluindo-se qualquer tipo de influência que não esteja diretamente comprometida com o tema.

Para propor o conceito de desenvolvimento local como norteador das políticas ambientais, deve-se, antes de tudo, desconstruir a noção de que a ciência cartesiana é a única forma válida de se buscar chegar à verdade. Com isso, pretende-se valorizar a sabedoria popular de forma a arrancar-lhe o estigma de vulgar e falsa, permitindo-se pensar na busca pelo bem estar social baseado nas culturas tradicionais.

Partindo-se do princípio de que são as comunidades tradicionais que possuem o conhecimento empírico de como melhor lidar com seu ecossistema, torna-se necessário fazer uma análise das populações locais, suas peculiaridades e suas técnicas artesanais. Adicionalmente, é preciso pesquisar como o processo de globalização afetou essas identidades para, então, poder buscar, nos princípios da comunicação comunitária, elementos para a valorização do saber popular e para a defesa da memória e da cultura desses povos.

Com o conceito de desenvolvimento local bem delineado, deve-se fazer uma análise da comunicação ambiental de hoje. A partir da perspectiva do construtivismo crítico, é importante buscar a colaboração de autores que pensaram o papel das mídias para o ambientalismo para, posteriormente, se postular princípios para a abordagem ecológica partindo de duas premissas: a importância da formação universitária para o profissional e a

independência político-econômica.

Não se pode, também, deixar de analisar as diferentes abordagens midiáticas da temática ambiental. Partindo-se da premissa de que os meios de comunicação tradicionais não têm legitimidade para tratar do tema, busca-se as contribuições de outros veículos, como a mídia especializada, alternativa e, por fim, a comunitária. Com isso, pode-se realçar a importância do ciberespaço e da articulação em rede para a efervescência e o aprofundamento do debate ecológico.

Com todos esses conceitos bem formulados, está construída a base teórica para abordar a importância da comunicação ambiental para o desenvolvimento local. Por fim, pretende-se fazer uma análise de caso de alguma mídia comunitária que atue junto a uma população tradicional. Esta deve objetivar valorizar essa comunidade como a que possui o conhecimento de como melhor lidar com seu ecossistema, incentivando-a a defender sua cultura e seus direitos.

Um dos princípios primordiais deste método de estudo é a interação com autores, acadêmicos ou não, que já pensaram a temática ecológica, o saber local e a comunicação. Desse modo, o diálogo com Sachs e Layrargues pretende desconstruir o discurso ambiental hegemônico e valorizar outras formas de pensar o meio ambiente. Já para destacar a validade de tipos de conhecimento diferentes do científico, retoma-se o anarquismo epistemológico de Feyerabend.

Como a sabedoria popular é o principal foco deste estudo, deve-se fugir do padrão de trabalho acadêmico e valorizar o conhecimento das populações tradicionais, utilizando-o como fonte de fundamentação teórica. Assim, pretende-se vivenciar uma experiência pessoal junto à colônia de pescadores de Arraial do Cabo, que vêem suas técnicas artesanais de manejo com a natureza se perderem e darem lugar à pesca industrial e predatória. Também é importante dialogar com profissionais de diversas áreas que tiveram a oportunidade de conviver *in situ* com essas comunidades locais, como José Geraldo Marques.

Além disso, é preciso recorrer a outros autores, como Jesús Martín-Barbero e Raquel Paiva, que procuram trabalhar as comunidades, buscando formas de fortalecer suas

características específicas. A partir de então, pode-se encontrar nos textos de Cicília Peruzzo a justificativa para a idéia de comunicação comunitária como mecanismo de valorizar as culturas tradicionais e mobilizar essas populações em torno de suas demandas cidadãs.

Essa conceitualização da comunicação comunitária deve ser acompanhada por uma análise da mídia ambiental, que pode ser encontrada nos trabalhos de Vilmar Berna e Robert Cox. Para complementar esse estudo da abordagem ecológica pela mídia, será feita uma pesquisa de cada tipo de veículo de informação: tradicional, especializado, alternativo e comunitário. Para isso, deve-se ter em mente que essas classificações são apenas para fins de ilustração, pois comumente se confundem.

Por fim, a diferenciação de ecologia do sujeito e ecologia social feita por Klaus Frey será essencial para fundamentar a idéia de que a melhor forma de a comunicação colaborar para o ambientalismo é através das comunidades tradicionais. Além disso, a Carta do Povo Quilombola é emblemática para mostrar como a articulação em rede também pode contribuir como canal de reivindicação, mesmo das populações mais afastadas do contexto urbano.

Portanto, mais do que elaborar um estudo sobre comunidades, pretende-se trabalhar *como* uma comunidade. Isso envolve a idéia de articulação em rede, valorizando a sabedoria popular e as contribuições de quem luta pela democratização e descentralização da informação. Da mesma forma, este está longe de ser um trabalho fechado. Pelo contrário, objetiva-se fornecer material para colaborar com outras pessoas interessadas em questões como ecologia, povos tradicionais e liberdade de expressão.

2. MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO LOCAL

O avanço tecnológico e urbanístico fez com que a degradação da natureza aparentasse avançar de forma quase imperceptível e, por conseguinte, o ser humano passasse a se reconhecer como externo ao âmbito ecológico. Desse modo, foi só com o aumento da poluição das cidades e o avanço das doenças ligadas à degradação do meio urbano (através de esgotos, indústrias poluidoras, etc) que este passou a deslocar maior atenção a essa temática. Portanto, o homem está no centro das preocupações desde a origem do discurso ambiental, mantendo-se assim até hoje.

No entanto, vale ressaltar que o discurso ambiental não é uníssono, ou seja, há diversas formas de trabalhar essa temática. Atualmente, convivem desde as alas mais radicais (propondo o suicídio humano coletivo) até o discurso hegemônico. Este, levantando a bandeira do desenvolvimento sustentável, tenta reduzir a questão ecológica a um problema solucionável com um “simples e natural avanço tecnológico” – o chamado otimismo tecnocientífico.

Para entender o discurso ambiental hegemônico e poder criticá-lo, é importante, primeiramente, analisar a forma como essa temática foi sendo trabalhada desde sua origem. Tal abordagem será contraposta pela idéia de ecodesenvolvimento, que servirá como base ideológica para se trabalhar o conceito de desenvolvimento local. A ênfase nas comunidades tradicionais e suas peculiaridades é a proposta deste estudo para a comunicação ambiental.

2.1.O Discurso Ambiental

Logo na primeira página de “As Três Ecologias”, Félix Guattari (1993, p. 1) aponta que “os modos de vida humanos individuais e coletivos evoluem no sentido de uma progressiva deterioração.”. Assim, o homem, como um “ser psíquico envolvido e envolvente do meio e não (...) um simples objeto deste”, estaria no centro da preocupação ambiental. Percebe-se, portanto, que, para o filósofo francês, somente através de uma

mudança comportamental, operando “uma autêntica revolução política, social e cultural”, se pode enfrentar a crise ecológica.

Desse modo, Guattari se opõe ao padrão de vida ocidental, hegemônico no sistema internacional. Como resposta à crise ambiental, o filósofo propõe o que chama por ecosofia: “só uma articulação ético-política (...) entre os três registros ecológicos (o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana) é que poderia esclarecer convenientemente tais questões” (GUATTARI, 1993, p. 8). Isso se daria através de duas frentes: a primeira, a “ecosofia social”, diz respeito às relações sociais e consiste em “desenvolver práticas específicas que tendam a modificar e a reinventar maneiras de ser no seio do casal, da família, do contexto urbano, do trabalho, etc”. (IBIDEM, p. 15/16).

Já a “ecosofia da mente” (GUATTARI, 1993, p. 16) está ligada ao campo psíquico, propondo uma forma de “reinventar a relação do sujeito com o corpo, com o fantasma, com o tempo que passa, com os ‘mistérios’ da vida e da morte.”. Esse conceito aborda, assim, a busca por respostas a questões contemporâneas, como “a uniformização midiática e telemática, o conformismo das modas, as manipulações da opinião pela publicidade, pelas sondagens, etc”.

Guattari é, portanto, consoante com o discurso ambiental predominante no que diz respeito à responsabilização humana diante da crise ecológica atual. Tal postura não poderia ser diferente. Desde os primeiros movimentos em prol do meio ambiente, o homem é visto não só como principal causador, mas também como a grande preocupação da degradação da natureza. Desse modo, as recorrentes críticas ao acúmulo de lixo, à emissão de gases-estufa e à degradação de florestas e oceanos têm como finalidade essencial a eternização do ser humano no mundo. Essa idéia é ratificada pela classificação de Leonel Aguiar¹, que demarca três fases do ambientalismo: décadas de 60, 70 e 80 em diante.

Durante todo o século XX, o desenvolvimento contínuo de armamentos e produtos químicos, assim como o ininterrupto processo de industrialização e urbanização, gerava danos à natureza tanto no meio agrícola quanto no ambiente urbano. A criação da bomba

¹ <http://www.eco.ufrj.br/semiosfera>, acesso em: 10/09/2008

atômica e os impactos da Segunda Guerra Mundial elevaram o debate sócio-ecológico a um patamar inédito. Discussões no âmbito da ética passaram a ganhar destaque, como mostra a exortação emocionada de Einstein acerca da detonação da bomba nuclear no Japão:

(...) No momento atual, em que situação se encontra o homem da ciência? (...) os resultados de suas pesquisas provocaram terrível ameaça para a humanidade. Porque esses resultados foram apropriados pelos representantes do poder político, esses homens moralmente cegos. (...) A concentração do poder político e econômico nas mãos de tão poucas pessoas não acarreta somente a dependência material exterior do homem da ciência, ameaça ao mesmo tempo sua existência profunda. (...) produziu exatamente os meios que o reduzem exteriormente à escravidão e que irão aniquilá-lo em seu íntimo. (EINSTEIN *apud* LYRA, p. 44/45)

Os custos humanitários da explosão nuclear e a crescente percepção da população mundial acerca da degradação ambiental acarretaram num acirramento dos debates sobre esse tema. Cidadãos de importantes cidades do mundo ocidental, como Londres, sofriam de graves doenças causadas pela poluição atmosférica e pela contaminação dos recursos hídricos. Segundo Aguiar², os anos 60 representam a emergência dos primeiros movimentos ecológicos, quando “os problemas relativos ao meio ambiente eram percebidos como resultante de uma crise de participação”. Na época, o ambientalismo era direcionado para os setores mais excluídos e a preocupação era de garantir o acesso de todos aos recursos naturais.

Foi nesse contexto que, em 1968, nasceu o Clube de Roma, fundado pelo executivo italiano Aurélio Peccei. Esse grupo, formado por cerca de 30 intelectuais, já considerava a humanidade e a natureza como partes de um mesmo sistema macro que se encontrava em estado de degradação. Para evitar o colapso generalizado, propunha um novo planejamento global e um conjunto de ações que deveria ser adotado por todas as sociedades e indivíduos. Nesse momento, o ambientalismo tinha uma postura marcadamente reativa.

² <http://www.eco.ufrj.br/semiosfera>, acesso em: 10/09/2008

Pouco tempo depois, o Clube de Roma engendrou o primeiro relatório sobre impacto ambiental: *The Limits to Growth*, ou Os Limites Para o Crescimento. Esse documento trazia a proposta de crescimento zero, isto é, o ser humano deveria garantir apenas as condições básicas para sua sobrevivência. Assim, acabou influenciando os debates da Conferência de Estocolmo (1972), primeira reunião internacional sobre meio ambiente, envolvendo 113 países.

A partir de tal proposta, iniciou-se um acirrado debate acerca da relação conflituosa entre desenvolvimento e preservação ambiental. Durante a conferência, cientistas do chamado Terceiro Mundo argumentavam que este seria o maior prejudicado, pois experimentava o progresso tardiamente. Assim, consideravam o ambientalismo um pretexto dos Estados desenvolvidos para frear o crescimento das nações mais pobres. Por outro lado, representantes de países europeus e dos EUA não queriam abrir mão do que já haviam conquistado.

Ao final do evento, foram elaborados uma Declaração de Princípios e um Plano de Ação envolvendo seis áreas de atuação: desenvolvimento, educação, habitats humanos, poluição, administração de recursos naturais e organizações internacionais. Para buscar o alcance de tais metas, foram criados o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e seis agências de monitoramento global. O primeiro tinha a finalidade de coordenar as atividades de todos os organismos da ONU relacionados ao tema. Já as agências ficaram encarregadas de atuar em diversas questões ambientais, como na redução da camada de ozônio e na destruição de florestas. Além disso, as ONGs de viés ecológico ganharam relevância e se multiplicaram.

Apesar dos avanços na implementação de ações pela preservação ambiental, a predominância de um clima de disputa fez com que a Conferência de Estocolmo terminasse com um aspecto conservador. Seu relatório final incluía capítulos que resguardavam a soberania dos Estados sobre seus recursos naturais e a liberdade ao desenvolvimento. Ao mesmo tempo, questionamentos sobre a disparidade de riquezas entre as nações ganharam força.

Para Aguiar³, na década de 70 a questão ecológica era percebida como uma “crise de sobrevivência”. Desse modo, os “desequilíbrios ambientais eram entendidos como um problema de escassez, pois se postulavam limites insuperáveis para a exploração e uso dos recursos naturais visando à expansão material ilimitada da sociedade”. Nessa conjuntura, o desenvolvimento tecno-científico era considerado o cerne da degradação da natureza e a idéia predominante entre os ambientalistas era de frear esse fenômeno.

Quanto mais os efeitos da degradação ambiental atingissem a espécie humana, maior atenção recebiam por parte da mídia e organismos internacionais. O acidente da usina russa de Chernobyl e o crescente número de óbitos relacionados à poluição das cidades e ao aquecimento global provocaram intensos debates entre governos, ONGs e universidades. Aguiar⁴ considera que, a partir da década de 80, a preocupação ecológica começa a ser vista como uma “crise cultural” ou “crise de civilização”, isto é, o paradigma comportamental da época passou a ser considerado incompatível com a noção de sustentabilidade.

Esse seria, portanto, “o momento oportuno para superar a ética de valores materialistas e a racionalidade instrumental que construíram a Modernidade” (IDEM). Desse modo, em 1983, uma comissão da ONU formada por especialistas e presidida pela norueguesa Gro Harlem Brundtland iniciou a discussão sobre os novos rumos para a gestão ambiental. Quatro anos mais tarde, foi elaborado o documento “Nosso Futuro Comum” (ou Relatório Brundtland), que lançou mão do termo “desenvolvimento sustentável”, tornando-se referência internacional para o ambientalismo.

A partir desse relatório e do acirramento das discussões ambientais, foi convocada a ECO-92, que viria a ser a mais importante conferência internacional sobre meio ambiente. Sediado no Rio de Janeiro, o evento deu origem a relevantes documentos relativos ao tema, como a Carta da Terra e a Agenda 21, que definiu metas para o desenvolvimento sustentável. Cinco anos mais tarde, foi engendrado o Protocolo de Quioto, que limitou em 5% o volume de CO₂ emitido pelas nações desenvolvidas. Atualmente, o acordo está

³ <http://www.eco.ufrj.br/semiosfera>, acesso em: 10/09/2008

⁴ <http://www.eco.ufrj.br/semiosfera>, acesso em: 11/09/2008

flexibilizado, contemplando também países como Brasil, Índia e China. Por outro lado, o maior emissor de gás carbônico do mundo, os EUA, ainda não ratificou o tratado.

Na tentativa de avançar com as discussões iniciadas pela ECO-92, a ONU convocou, em 2002, a Conferência Rio+10, ocorrida em Joanesburgo, África do Sul. Contando com 189 países, uma base científica sólida e objetivos bem delimitados, as expectativas eram de sucesso. Porém, ao final do evento, a comunidade internacional demonstrou frustração, apontando diversas críticas, como a predominância de declarações vagas e a ausência de resultados práticos. Faltaram medidas para cobrar o cumprimento de metas e apenas duas das prioridades discutidas foram sancionadas. Para Pereira Jr. (2002, p. 6), Joanesburgo “foi concluído com a sensação de que o chamado desenvolvimento sustentável é uma tarefa grande e cara demais, pelo menos para o estágio atual do progresso humano”.

Atualmente, as discussões acerca da temática ambiental apontam para todas as direções. Especialistas das diversas áreas do conhecimento buscam, em seus objetos de estudo, colaborações para solucionar a crise ecológica. Leonel Aguiar⁵, por exemplo, propõe um retorno à espiritualidade como esperança de que “alguma coisa pode ser salva”. Além disso, proliferam-se expressões que denotam o caráter essencialmente interdisciplinar do ambientalismo, como a ecosofia de Guattari, economia verde e comunicação ambiental.

2.2. Desenvolvimento Sustentável

“Aquele que atende às necessidades presentes sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades”. Essa é a definição de desenvolvimento sustentável introduzida em 1987 no Relatório Brundtland (ou “Nosso Futuro Comum”) pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU. Atualmente, esse conceito é tido como caminho natural para a humanidade superar a crise ambiental, sendo amplamente divulgado por empresas, governos, mídia, organizações

⁵ <http://www.eco.ufrj.br/semiosfera>, acesso em: 11/09/2008

internacionais e ONGs.

Procurando integrar desenvolvimento econômico e preservação ambiental, o Relatório Brundtland previa metas a serem alcançadas pelos governos, como: limitar o crescimento populacional; garantir alimentação em longo prazo; preservar a biodiversidade dos ecossistemas; diminuir o consumo de energia e produção de tecnologias que admitem o uso de fontes; aumentar a produtividade industrial nos países não-industrializados à base de tecnologias ecologicamente adaptadas; controlar a urbanização selvagem e a integração entre campo e cidades menores.

Caberia à ONU elaborar um plano de ações para o desenvolvimento sustentável, que também deveria ser adotado como meta pelas organizações internacionais. Além disso, os ecossistemas supranacionais – Antártica, oceanos e espaço – deveriam ser protegidos e as guerras, banidas. Assim, essa expressão passou a ganhar notoriedade cada vez maior nas discussões ambientais. Sua proliferação levou ao seu uso indiscriminado e a grande parte da comunidade ambientalista passou a adotá-la como razão e objetivo de sua luta.

Desse modo, a ECO-92, principal conferência internacional para o meio ambiente, foi idealizada tendo como base o Relatório Brundtland e como princípio o desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, foi elaborada a Agenda 21, documento ratificado por mais de 170 países que prevê um abrangente conjunto de metas para garantir um crescimento que causasse o mínimo de danos ao ecossistema terrestre. Corroborando esse conceito como principal norteador das políticas ambientais da ONU, a Declaração Política de 2002 – Joanesburgo – determina “três pilares interdependentes e mutuamente sustentadores”: desenvolvimento econômico, bem estar social e proteção ambiental.

Essa hegemonia no discurso ambiental contemporâneo, no entanto, acaba velando os problemas inerentes à idéia de desenvolvimento sustentável. O próprio nome do relatório que deu origem a esse conceito (Nosso Futuro Comum) denota a preconização de um único padrão a ser alcançado por todas as nações, que teriam os EUA como paradigma de sociedade evoluída. A idéia implícita é que o simples crescimento econômico, tacitamente, traria a melhoria dos padrões de vida globais.

Obviamente, não se pode negar a geração de riquezas como elemento fundamental

para a garantia da qualidade de vida, contudo sabe-se também que essa está longe de ser a única condição para isso. O jeito peculiar com que cada sociedade lida com a natureza e a exploração de seus recursos influencia de forma positiva ou negativa no alcance do bem estar social. Layrargues destaca que, para o discurso hegemônico, as especificidades de cada país ou comunidade local são, pior que ocultas, consideradas sinônimo de subdesenvolvimento:

As diferenças culturais existentes entre os países não seriam devido às variadas formas de se apropriar e interagir com o ambiente, mas sim uma consequência dos retardamentos em relação à modernização, entendida como sinônimo de evolução. Este é o golpe fatal que se desfere na diversidade cultural do planeta, pois a verdadeira cultura seria representada pela sociedade norte-americana. As demais, entrave ao desenvolvimento, mas força de resistência endógena, deveriam ser sumariamente eliminadas. (LAYRARGUES, 1997, p. 2)

2.3. Ecodesenvolvimento

Em 1973, um ano após a Conferência de Estocolmo, Maurice Strong introduz o conceito de ecodesenvolvimento. Inicialmente, a idéia estava relacionada apenas ao desenvolvimento das regiões rurais do então chamado Terceiro Mundo e o objetivo era fazer uso dos recursos dessas localidades de forma criteriosa, sem levar ao esgotamento da natureza. No ano seguinte, as áreas urbanas desses países também passaram a ser consideradas. Porém, apenas na década de 80 o termo veio a ser elaborado de forma conceitual, pelo economista Ignacy Sachs. Assim, é criado um quadro de estratégias tendo como base três pilares fundamentais: eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica.

Tanto para o ecodesenvolvimento quanto para o desenvolvimento sustentável, a preocupação se dá com as gerações futuras e a necessidade de conjugar preservação ambiental e crescimento sócio-econômico. Essa consonância entre os objetivos finais de ambos os conceitos fez com que o primeiro sofresse uma reapropriação simbólica,

passando a ser considerado uma espécie de precursor do segundo. No entanto, o fato de possuírem a mesma finalidade não significa que se utilizem dos mesmos mecanismos para alcançá-la.

O Relatório Brundtland ambiciona a sustentabilidade através de um desenvolvimento nivelado por cima, sem danos à qualidade de vida dos Estados mais ricos. Sabe-se, no entanto, que isso seria impossível, pois o ecossistema terrestre não suportaria a coexistência de todas as sociedades com o padrão comportamental norte-americano. Em contraposição, o ecodesenvolvimento pretende a preservação ambiental através de um nivelamento médio.

Tal proposição significa que, concomitante à elevação do padrão de vida das nações subdesenvolvidas, deveria ocorrer, necessariamente, o processo inverso para os países ricos, até que todos alcançassem o mesmo nível de bem estar social. Entretanto, como tal estratégia jamais seria acatada pelos Estados desenvolvidos, a noção – na prática, inconcebível – de desenvolvimento sustentável prevaleceu no discurso ambiental hegemônico.

Para a teoria ecodesenvolvimentista, o atual paradigma de desenvolvimento – essencialmente antiecológico – deveria ser evitado pelos Estados subdesenvolvidos. Ao invés disso, estes deveriam buscar, em suas características específicas, a fórmula para aliar qualidade de vida e meio ambiente saudável. Portanto, a principal colaboração desse conceito para a questão ambiental foi a reelaboração da forma de o homem lidar com a natureza e o foco dado às peculiaridades locais, como esboça Sachs:

O ecodesenvolvimento é um estilo de desenvolvimento que, em cada ecorregião, insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares, levando em conta os dados ecológicos da mesma forma que os culturais, as necessidades imediatas como também aquelas a longo prazo. (...) Sem negar a importância dos intercâmbios, o ecodesenvolvimento tenta reagir à moda predominante das soluções pretensamente universalistas e das fórmulas generalizadas. Em vez de atribuir um espaço excessivo à ajuda externa, dá um voto de confiança à capacidade das sociedades humanas de identificar os seus problemas e de lhes dar soluções originais, ainda que se inspirando em experiências alheias. (SACHS *apud* LAYRARGUES, 1997, p. 3)

Desse modo, Sachs também esclarece que o ecodesenvolvimento não significa a defesa de uma postura isolacionista, baseada na romantização de um retorno às sociedades primitivas. Por outro lado, também condena a idealização de um modelo de desenvolvimento único. Layrargues tangencia essa abordagem quando enxerga o cidadão de cada localidade como solução para os problemas ambientais:

Entre as condições para tornar o conceito operacional, destaca-se a necessidade do amplo conhecimento das culturas e dos ecossistemas, sobretudo em como as pessoas se relacionam com o ambiente e como elas enfrentam seus dilemas cotidianos; bem como o envolvimento dos cidadãos no planejamento das estratégias, pois eles são os maiores conhecedores da realidade local. (LAYRARGUES, 1997, p. 3)

Ao dissertar sobre o ecodesenvolvimento, Sachs faz ainda críticas ao otimismo tecnológico ilimitado e ao liberalismo econômico. Para ele, não se pode agir confiando precipitadamente na idéia de que a própria evolução tecno-científica solucionaria os problemas ambientais. Além disso, o autor defende que caberia ao Estado a alocação dos recursos financeiros no sentido de transformar o crescimento em bem estar social, pois o capital mal empregado poderia levar ao “mau desenvolvimento”.

Por fim, vale notar a consonância entre o discurso ecodesenvolvimentista de Sachs e a proposta da ecosofia de Guattari, pois, para ambos, o modelo de desenvolvimento deve ser pensado de forma oposta ao padrão atualmente hegemônico. Enquanto este tem como prerrogativa uma sociedade consumista e apegada a valores materiais, aquele deve ser baseado em uma relação saudável do homem com a natureza, a começar pelo próprio meio em que vive.

2.4. Desenvolvimento Local

Descobrimos o ser-apetrecho do apetrecho. Mas como? Não através de uma descrição e explicação de um apetrecho de calçado realmente presente; não mediante um relatório sobre o processo de fabricação de

sapatos; também não mediante a observação da utilização real dada aqui ou ali a apetrechos do calçado, mas graças ao facto de nos pormos perante o quadro de Van Gogh. (HEIDEGGER, 1989, p. 27)

Para Martin Heidegger, é na obra de arte que se revela a essência das coisas. Esse discurso, historicamente tão recente, é atualmente considerado anacrônico e obsoleto. Isso porque a pós-modernidade, a partir da predominância da teoria neopositivista, consagra a ciência cartesiana como única forma válida de se alcançar a verdade. Tal abordagem defende uma unidade metodológica de pesquisa, resultando numa linguagem padronizada, baseada na tríade especulação, observação e experimento. Assim, esse rigor epistemológico invalidou qualquer tipo de conhecimento que não fosse passível de ser mensurado, sendo determinante para o avanço do processo de especialização científica.

Antigos saberes, ligados aos campos da religião, dos sentimentos e das artes passaram a ser renegados e vistos com ceticismo. Dessa forma, a padronização da ciência moderna assemelha-se ao dogmatismo católico da Idade Média, conferindo uma suposta certeza absoluta e alto grau de arrogância às pesquisas contemporâneas, o que acaba por inibir a investigação. Feurbach defende o anarquismo epistemológico e critica a divinização científica, lançando mão da máxima *anything goes* (“tudo vale”):

A compreensão de que a ciência não é sacrossanta e de que o debate entre ciência e mito se encerrou sem vitória pra qualquer dos lados empresta maior força ao anarquismo. (...) a ciência se aproxima do mito muito mais do que uma filosofia científica se inclinaria a admitir. A ciência é uma das muitas formas de pensamento desenvolvidas pelo homem e não necessariamente a melhor. (FEYERABEND in LYRA, p. 32 - 33)

Assim, com a pulverização das outras formas de conhecimento e a consolidação de um modelo científico petrificado, esse processo de especialização decretou a decadência da função epistemológica de identificar e integrar as diferentes áreas do saber. Para Santos (1999), o paradigma da ciência pós-moderna apresenta a dicotomia entre pesquisa acadêmica e a sabedoria popular. Essa ruptura, segundo o autor, considera a primeira como o máximo de consciência possível e a segunda como vulgar, falsa e calcada em meras

opiniões que precisam ser superadas.

Há mitos, há dogmas de teologia, há metafísica e há muitas outras maneiras de elaborar uma cosmovisão. Faz-se claro que uma conveniente interação entre a ciência e essas cosmovisões ‘não científicas’ necessitará do anarquismo ainda mais que a própria ciência. E, assim, o anarquismo não é apenas possível, porém necessário, tanto para o progresso interno da ciência quanto para o desenvolvimento de nossa cultura como um todo. (FEYERABEND *in* LYRA, p. 36)

Dessa forma, Feyerabend propõe uma interação entre as diferentes formas de conhecimento, considerando todas igualmente válidas. Raquel Paiva (2004, p. 62) tangencia essa abordagem ao dissertar sobre comunicação comunitária, defendendo a integração dos saberes popular e acadêmico. Assim, a autora lança mão da expressão “comunidade gerativa”, propondo um “conjunto de ações (norteadas pelo propósito do bem comum) passíveis de serem executadas por um grupo e/ou conjunto de cidadãos (...) com ênfase nas ações práticas do cotidiano e da localidade”.

Portanto, é no sentido de valorizar a sabedoria popular e a herança de valores tradicionais de cada região que deve ser pensado o desenvolvimento local (ou endógeno). Esse conceito enfatiza a idéia ecodesenvolvimentista de priorizar as características de cada comunidade – seja esta um país, uma cidade ou uma tribo – para solucionar questões relacionadas ao meio ambiente. Dessa forma, os próprios nativos devem ser reconhecidos como os conhecedores de como melhor lidar com o ecossistema de sua localidade. Para Jesús Martin-Barbero (2003, p. 58), é “no lugar, no território, que se desenrola a corporeidade da vida cotidiana e a temporalidade – a história – da ação coletiva” e “mesmo atravessado pelas redes do global, o *lugar* segue feito dos tecidos das proximidades e das solidariedades”.

Logo, esses valores tradicionais devem ser valorizados e qualquer projeto externo que tenha como finalidade elevar o padrão de vida de determinada região deve, necessariamente, ser adaptado às peculiaridades locais, vindo acompanhado de um diálogo junto à população nativa. Mais ainda, tal estratégia jamais deve pretender utilizar o conhecimento acadêmico para legitimar a sabedoria popular, até porque estaria apenas reforçando a divinização da

ciência. Nesse sentido, é preciso trabalhar *in situ* pela reafirmação da cultura caiçara, o resgate de técnicas tradicionais, a utilização sustentável dos recursos naturais e o aumento da produtividade e da geração de renda comunitária.

No entanto, Paiva (2004, p. 62) também salienta que esse foco dados às comunidades não significa o isolamento e a negação do fator externo. Essa estratégia deve ser executada no contexto “do multiculturalismo e da velocidade informacional”, valorizando o intercâmbio de conhecimento e experiências práticas. Desse modo, o desenvolvimento local não deve ser entendido a partir de uma postura isolacionista, pois a própria cultura de cada região necessita dialogar com outras para ser reconhecida e se fortalecer.

Para Jesús Martín-Barbero (2003, p. 60), “o permanente exercício de reconhecimento daquilo que constitui a diferença dos outros” promove o “enriquecimento potencial da nossa cultura e uma exigência de respeito àquilo que, no outro, em sua diferença, há de intransferível, não transigível e, inclusive, incomunicável”. Nesse sentido, o local e o global não devem ser entendidos como antagônicos, mas sim complementares:

local como âmbito onde se reside (e se complementa) a globalização, sua auto-revalorização como direito à autogestão e à memória própria, ambos ligados à capacidade de construir relatos e imagens de identidade. (IDEM, p. 58)

3. COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Ao contrário do que apregoam as teorias sobre a uniformização dos padrões de vida globais, pode-se observar, na prática, a manutenção e a valorização das identidades regionais. A comunicação ambiental pensada como comunitária, requer, primeiramente, uma abordagem sobre as comunidades locais, suas identidades, tradições e seus conhecimentos empíricos.

É a presença de laços históricos profundos, assim como a prática cultural e demandas cidadãs comuns, que identifica uma população como comunidade. Tais peculiaridades devem ser preservadas, já que o conhecimento empírico dos povos tradicionais acerca das características de sua região é a melhor arma para se manter a saúde de seu ecossistema. Assim, a desagregação dessas populações levaria a uma inevitável ambiental.

Como a comunicação comunitária tem por objetivo primordial a mobilização da comunidade, deve-se abordar as características desta e sua contribuição para preservar as tradições locais. Desse modo, o conhecimento acadêmico da comunicação precisa ser integrado à sabedoria local não como forma de legitimá-la, mas para que ambos se complementem.

3.1. Comunidade e Destino Comum: identidade, memória, continuidade

Nos anos 80, impulsionado pelo avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação – especialmente a internet –, ganhou força o fenômeno da globalização. Tal processo potencializou o intercâmbio cultural, colocando em evidência conceitos como “aldeia global” e “transnacionalidade”. Alguns teóricos chegam a comentar sobre uma cultura mundializada, comum a todos os indivíduos e sociedades. Octávio Ianni (1999, p. 119) afirma que os meios de comunicação de massa “rompem ou ultrapassam fronteiras, culturas, idiomas, religiões, regimes políticos, diversidades e desigualdades sócio-econômicas e hierarquias raciais, de sexo e idade”.

Entretanto, a globalização deve ser entendida como um fenômeno relativo, já que é

percebida de diferentes formas dependendo da localização espacial de cada sujeito. Em países europeus, por exemplo, há intensos debates acerca dos processos migratórios. Já na América Latina, há uma preocupação maior com a intensidade da influência cultural estrangeira e a conseqüente supressão da cultura local.

Não se pode, portanto, deixar de associar o fluxo intercultural ao poder político-econômico de um Estado sobre outro. Desse modo, países mais ricos passaram, com a globalização, a exercer maior influência sobre as nações subdesenvolvidas. Tal relação, porém, também se dá no âmbito regional. No Brasil, por exemplo, cidades que abrigam as maiores empresas de comunicação, como Rio de Janeiro e São Paulo, são mais noticiadas e divulgadas que quaisquer outras capitais. Às demais regiões, municípios e comunidades, cabem os noticiários locais e as mídias comunitárias (quando existem).

No entanto, essa influência cultural atrelada ao poder político-econômico não significa, de forma alguma, uma uniformização do padrão de vida global. Em verdade, ao se depararem com a constante presença de outras culturas, os indivíduos se voltam para suas comunidades a fim de reconhecer suas características identitárias, evitando sua pulverização. Desse modo, podemos entender os processos de globalização e localização como indissociáveis.

Alain Herscovitch (1996, p. 60-61) afirma que “a própria dinâmica do sistema mundial (...) torna necessária a preservação do local” e ainda que “do ponto de vista econômico ou antropológico, um nível mínimo de diversidade, ou de diferenciação é necessário para a manutenção da dinâmica do sistema”. Mohammed ElHajji (2005, p. 194) vai ao encontro de Herscovitch, traduzindo esse fenômeno como uma “correlação dialética ou até paradoxal (...) entre o processo de globalização e a tendência generalizada de reterritorialização e de reenraizamentos locais, particulares e transnacionais”.

Essa identificação de cada indivíduo com suas raízes culturais faz com que as características identitárias e a história de seus antepassados não se percam, passando às novas gerações as memórias e as tradições típicas de sua região. Cicília Peruzzo (2003, p. 6) reúne os principais aspectos que condicionam um simples conglomerado humano numa comunidade local: “sentimento de pertença; participação; interação, objetivos comuns;

interesses coletivos acima dos individuais; identidades; cooperação; confiança, cultura comum”. Ou seja, é justamente a particularidade que cada população confere a essas características que determina sua localidade como única no ambiente global.

As características típicas de uma comunidade podem se expressar das mais diversas formas, como através da religiosidade, no trato com o meio ambiente e nas manifestações artísticas. Esta última é um relevante mecanismo de fortalecimento e divulgação da identidade local, colaborando para seu reconhecimento através do fluxo intercultural. Portanto, tais singularidades só são consideradas sinais de atraso e subdesenvolvimento quando analisadas sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável, cujo modelo a ser seguido por todas as sociedades é o norte-americano.

Também é importante lembrar que, apesar da existência de demandas cidadãs e características identitárias comuns, uma comunidade não pressupõe a uniformidade do pensamento de todos que a compõem. As diferenças dentro de um território tradicional também existem, já que cada indivíduo possui suas crenças e convicções pessoais. Essas particularidades, entretanto, estão em constante negociação, contribuindo ainda mais para o enriquecimento cultural da população.

3.2. Comunidade e Meio Ambiente

Nas últimas décadas, o conceito de biodiversidade vem ganhando relevância nas discussões ambientais. Do ponto de vista ecológico, quanto maior a simplificação de um ecossistema, maior sua fragilidade. Nesse sentido, o homem, como ser integrante da natureza, também sofre com a redução da diversidade biológica, pois as utilidades dos recursos naturais para o ser humano são inúmeras, como alimentação, agricultura, medicina, cosméticos, etc.

Considerando a descrição de Guattari (1993, p.1) sobre a condição humana de ser “envolvido e envolvente do meio”, a biodiversidade também se dá no âmbito da cultura. Desse modo, a pluralidade de tradições, linguagens, crenças, entre outros, vem sendo

incorporada pelo discurso ambiental, que lança mão da expressão sócio-biodiversidade – quanto maiores as diferenças culturais na sociedade, menor sua fragilidade. Entre outros aspectos, essa defesa da diversidade também envolve a maneira com que cada comunidade maneja o ecossistema local.

Essa constante interação do ser humano com o ecossistema em que vive é alvo de diversos estudos no âmbito acadêmico. Edgar Morin (2001, p. 16) traduz como etnoecologia o “campo de pesquisa (científica) transdisciplinar que estuda os pensamentos (conhecimentos e crenças), sentimentos e comportamentos que intermedeiam as interações entre as populações humanas que os possuem e os demais elementos dos ecossistemas que os incluem, bem como os impactos ambientais daí decorrentes”.

José Geraldo Marques, em trabalho de campo em Várzea da Marituba, vila de pescadores de Alagoas, descreve o conhecimento da população caiçara acerca do ecossistema local, traduzindo como etnoconservação o cuidado dos nativos em preservar a natureza da região. Com uma linguagem própria, a comunidade pesqueira, ao notar a redução da quantidade de peixes em determinada lagoa, diz: “o peixe já cismou, a lagoa arruinou e a gente deixou de pescar; ela agora tá descansando; a gente vai disputá outro lugar: quando o peixe voltar a tornar, a gente torna a pescar”⁶. (MARQUES, 2001, p. 157).

Esse conhecimento empírico, aliado às técnicas artesanais de manejo da natureza, posiciona as populações tradicionais como as que possuem o modo menos agressivo de se relacionar com seu habitat natural. Nesse sentido, o resgate e a valorização e dessas culturas significa a preservação não só do meio ambiente local, mas global, uma vez que todo ecossistema micro faz parte de um macro. A socióloga Sarita Albagli confirma essa hipótese:

Ao longo de décadas e séculos, essas populações vêm contribuindo para a conservação e o desenvolvimento *in situ* de muitas espécies florestais importantes, por meio de seu conhecimento empiricamente acumulado sobre os habitats naturais, bem como suas práticas agrícolas e de subsistência adequadas ao meio ambiente local, atuando como verdadeiras guardiãs do patrimônio biogenético do planeta. (ALBAGLI,

⁶ Fluxograma em anexo

2003, p. 2)

Desse modo, a desagregação dessas comunidades tradicionais tem como causa e consequência a destruição de seus habitats, como uma relação de retro-alimentação. Assim, a degradação ambiental compromete a sobrevivência das culturas locais, que acabam por se desestruturar, tornando seu ecossistema mais vulnerável. Esse ciclo vicioso pode ser observado na prática, como vem acontecendo em Arraial do Cabo⁷, cidade do litoral fluminense. A antiga vila de pescadores tinha como sua principal fonte de renda a pesca artesanal, modalidade baseada exclusivamente no conhecimento empírico da população caiçara, através da observação do fluxo migratório das espécies marinhas e da utilização de artefatos não agressivos ao ecossistema da região.

A partir do avanço da pesca industrial e do aumento do fluxo de embarcações a motor, ocorreu a extinção das espécies mais propícias à alimentação humana. Tal quadro foi ainda mais agravado pelo avanço da indústria petrolífera em municípios limítrofes. Com isso, a renda da colônia dos pescadores ficou consideravelmente reduzida, o que acarretou em uma desarticulação dessa população. Isso levou a um desinteresse da comunidade cabista pela tradição pesqueira, permitindo um ilimitado avanço das atividades predatórias.

Portanto, para recuperar a saúde ambiental de regiões como Arraial do Cabo, é preciso trabalhar no sentido de reafirmar a identidade cultural dessas comunidades. Assim, as atividades econômicas tradicionais devem ser vistas como alternativas rentáveis e, de fato, sustentáveis, para a melhoria da qualidade de vida e a preservação dessas localidades. Nesse sentido, vale retomar a idéia de “Comunidade Gerativa” de Raquel Paiva, trabalhando junto aos nativos através da comunicação e do intercâmbio de conhecimento.

3.3. Comunicação Comunitária *Versus* Interesses Globais

Para analisar a dualidade sugerida no título, deve-se, primeiramente, desmistificar de

⁷ <http://www.ressurgencia.org.br/>; acesso em: 24/09/2008

que se tratam esses “interesses globais”. O abstratismo dessa expressão, utilizada de forma tão corriqueira, pode nos levar a pensar que existem pretensões que transcendem todos os povos e culturas, unindo-os em torno de um objetivo comum. Todavia, tais interesses estão geopoliticamente bem localizados, restringindo-se a quem dita os padrões de consumo da sociedade – leia-se oligopólios empresariais, instituições financeiras, organizações internacionais, etc. Tais corporações precisam manter o paradigma consumista atual para sustentarem suas margens de lucro e suas posições políticas globais.

Para sustentar esse *status quo*, tais conglomerados precisam que seus interesses particulares sejam incorporados como globais pela sociedade internacional. Nesse sentido, são justamente os grandes meios de comunicação que legitimam esse discurso, condicionando, por exemplo, o padrão comportamental norte-americano como modelo internacional de desenvolvimento. Vale ressaltar que o paradigma pós-moderno está longe de ser seguido apenas pelos EUA, mas é este o país mais emblemático da chamada “sociedade de consumo”. Eis que o momento histórico atual marca o desmascaramento de uma falácia que se tornou discurso hegemônico na imprensa: a crença neoliberal de auto-regulação do mercado.

Desde os anos 80, ganhou força o discurso neoliberal – criticado por Sachs (1997, p. 3) –, em que a importância da atuação do Estado é menosprezada e até ridicularizada diante de um suposto mercado auto-regulado. Durante as últimas décadas, tal idéia vem sendo massivamente divulgada e legitimada pelas grandes mídias, que atribuem quase exclusivamente à máquina estatal práticas corriqueiras nas maiores corporações financeiras mundiais, como superfaturamento, desvio de verba, caixa dois, etc.

Porém, a crise das hipotecas, de origem nos EUA em 2007, transcendeu tanto o mercado imobiliário quanto as fronteiras norte-americanas, culminando em 2008 na falência de bancos, justamente as instituições mais representativas do ideal neoliberal. Paradoxalmente, para tentar sobreviver a esse abalo econômico, tais corporações recorreram à ajuda do Estado. Ou seja, é justamente o poder estatal que, através da arrecadação do contribuinte – ou seja, do povo – pode agir para salvar o mercado global. Essa desconstrução prática do discurso (liberal) hegemônico é um aprendizado novo? Basta

lembrar a crise de 29 e do *New Deal* de Roosevelt.

A propagação desse modelo de desenvolvimento duplamente falido mostra o comprometimento da mídia tradicional com as grandes instituições financeiras e não com os interesses reais da sociedade. Nesse sentido, deve-se voltar a atenção para os meios de comunicação onde se pode encontrar maior compromisso com seus materiais de trabalho – leia-se mídias alternativas, especializadas e comunitárias. Esta última, intimamente ligada às comunidades locais, deve ser analisada com maior atenção.

Antes de descrever as principais características da mídia comunitária, deve-se esclarecer que essa forma de comunicação deve estar comprometida unicamente com o bem estar da população local. Isso porque não é raro encontrar jornais e rádios que representam um grupo político, econômico ou religioso da região apresentando-se como comunitários. Todavia, esses veículos não podem assim ser reconhecidos, já que não estão envolvidos com os reais interesses da comunidade, posicionando-se no mesmo plano dos grandes conglomerados comunicacionais.

No trabalho “Mídia Local e suas interfaces com a Mídia Comunitária” (2003), Cicília Peruzzo enumera alguns princípios relacionados às mídias comunitárias. Primeiramente, estas, mais do que simplesmente transmitir informações que interessam aos seus espectadores, visam a mobilização da comunidade, contribuindo para a valorização cultural e o desenvolvimento local. Tais veículos devem abordar e promover debates sobre temas que não encontram espaço na mídia tradicional. Portanto, objetivam atuar como instrumentos de reafirmação e difusão das características identitárias regionais, assim como na defesa dos direitos de seus cidadãos.

Nota-se, então, que o enfoque midiático é estabelecido de acordo com as peculiaridades de cada região. Em Arraial do Cabo, por exemplo, a temática ecológica se faz extremamente relevante, atribuindo maior significado à comunicação ambiental. Já na região do Grande ABC, os professores Roberto dos Santos, René Licht e Antônio Carlos Gil destacam a decadência da vocação sindical local.

No entanto, mesmo que haja uma demanda político-social comum, também podem ocorrer divergências devido às convicções de cada indivíduo da sociedade. Por isso, faz-se

extremamente relevante a a idéia de horizontalidade na comunicação comunitária. A partir desse conceito, as mídias devem abrir espaço para a participação de todos os membros da comunidade. Dessa forma, intensifica-se a democratização da informação, dissolvendo o modelo tradicional emissor-receptor e aumentando o vínculo com a população, que passa a se sentir melhor representada.

Assim, é essencial o constante diálogo entre o profissional formado em comunicação e o comunicador popular, pois o conhecimento técnico e a base teórica devem contribuir para que a população local possa desenvolver formas de manutenção de sua identidade cultural. Portanto, a implementação de cursos profissionalizantes, workshops e oficinas para cidadãos da comunidade não deve ser feita a partir de uma postura verticalizada. Antes de tudo, a linguagem da mídia comunitária deve possuir as características típicas da região, sendo clara e objetiva.

Além disso, a mídia comunitária não deve ignorar a necessidade de se investir na compra e manutenção de equipamentos, assim como na remuneração e qualificação técnica dos funcionários. Adicionalmente, precisa-se desenvolver e promover festividades típicas da região, colaborando para o interesse dos cidadãos pelas características identitárias da comunidade. Para tanto, não é viável a sobrevivência a partir da simples dependência de doações, fazendo-se necessário a busca de apoios financeiros. Contudo, isso não significa que esses veículos devem atuar visando ao lucro, já que sua motivação é, antes de tudo, social.

Vale ressaltar que o conceito de mídia comunitária por nós abordado restringe-se a um espaço físico específico, diferenciando-se de veículos voltados para as comunidades virtuais, que possuem outras peculiaridades. No entanto, não se pode deixar de considerar a importância das novas Tecnologias da Informação e Comunicação, especialmente a internet, para o intercâmbio de conhecimento entre os meios de comunicação locais e o resto do mundo.

Desse modo, as mídias comunitárias não podem se fechar para as temáticas externas, para o avanço tecnológico e para a interação com outras culturas. Esses veículos devem abordar os assuntos globais a partir da perspectiva regional. Além disso, é necessário buscar

uma articulação em rede a fim de trocar experiências e promover o intercâmbio cultural. Uma postura anacrônica e isolacionista seria fatal para a sobrevivência de um meio de comunicação local, que se tornaria ultrapassado e restritivo, afastando o interesse da comunidade.

Nesse sentido, valorizar a mídia comunitária é retomar a idéia de ecosofia da mente de Guattari, propondo uma nova forma de pensar a comunicação em que a preocupação e o compromisso com a tradição cultural e com as demandas cidadãs evidenciam-se pela proximidade dos comunicadores com suas comunidades. Portanto, é também desse modo que deve ser pensada a comunicação ambiental.

4. MÍDIA E COMUNICAÇÃO AMBIENTAL

Antes de tratar sobre a contribuição da comunicação ambiental para o desenvolvimento local, deve-se conceituá-la, apresentando suas principais características e limitações. A partir de uma crítica construtiva à forma superficialista com que o meio ambiente é abordado pela mídia tradicional, é preciso propor uma nova diretriz para o trato da ecologia pela imprensa, a começar pela formação do profissional de comunicação e pela independência em relação a influências político-econômicas.

Além disso, precisa-se analisar as diversas abordagens sobre meio ambiente a partir do posicionamento dos diferentes veículos de informação: mídia tradicional, especializada, alternativa e comunitária. Nesse sentido, a internet, por seu poder de articulação, formação de redes e mobilização, é apontada como instrumento aliado da comunicação ambiental, permitindo que qualquer um que tenha acesso ao ciberespaço possa produzir material relacionado ao tema.

4.1. Comunicação Ambiental: Meio Ambiente em Debate

Quem se interessar pela situação degradante e emergencial da APA de Massambaba, a menos de 200 quilômetros da cidade do Rio de Janeiro, não deve procurar os grandes jornais do estado. Não que estes não possuam nenhum tipo de abordagem ambiental; pelo contrário, essa temática vem até ganhando cobertura cada vez maior pela grande mídia. Porém, não basta apenas dispor de mais espaço para a ecologia. Vale lembrar que muitas vezes o jornalista possui papel similar ao do educador, já que alguns assuntos, como o meio ambiente, praticamente só chegam aos cidadãos através dos meios de comunicação. Por isso, deve-se expor o tema estimulando sempre uma postura crítica e participativa, como defende Vilmar Berna:

Não é pelo maior ou menor volume de informações que a população aprende a pensar criticamente e atuar em seu mundo para transformá-lo,

se não tiver uma cultura e uma formação que predisponha as pessoas a valorizar esta informação. Sem isso, as pessoas vão pouco a pouco se tornando insensíveis diante da informação, como se fosse mais uma espécie de poluição onde as palavras perdem o significado e importância, e tanto faz saber que derrubaram uma árvore ou uma floresta. A simples veiculação de informação ambiental desassociada de um compromisso com a cidadania crítica e participativa como defende a educação ambiental, ao contrário de estimular uma revisão de valores, pode aumentar a velocidade do saque aos recursos do Planeta, uma espécie de ética distorcida, como se a seleção natural das espécies separasse o mundo em vencedores (desenvolvidos, países de primeiro mundo) e perdedores (em desenvolvimento, subdesenvolvidos, países de segundo e terceiro mundo) onde apenas os mais aptos e espertos sobrevivem, aqueles que chegaram primeiro e dispõem dos melhores meios e tecnologias para retirar e utilizar com mais eficiência e rapidez os recursos do Planeta, capitalizando lucros e socializando prejuízos (BERNA⁸)

Apesar do aumento da quantidade de reportagens e programas relacionados ao meio ambiente, a comunicação ambiental ainda é uma área muito mal explorada pela mídia tradicional. Parte disso deve-se à falta de conhecimento acadêmico dos profissionais sobre o tema e parte é devido ao comprometimento das empresas de comunicação com conglomerados empresariais e governo.

Antes de tudo, a comunicação ambiental deve evitar o atrelamento a influências político-econômicas, como governos e instituições financeiras. Através do chamado marketing verde, essas corporações influenciam negativamente o comprometimento do jornalista com a causa ambiental. Empresas, muitas essencialmente anti-ecológicas, freqüentemente aproveitam-se de reportagens relacionadas ao meio ambiente para fazer propaganda, vendendo sua imagem de “ecologicamente responsável”.

A comunicação ambiental é um instrumento que tanto pode estar a serviço de grupos e pessoas empenhadas sinceramente na defesa do meio ambiente, quanto movidas por interesses individuais ou corporativos que contratam profissionais para tentar passar uma imagem de ambientalmente responsáveis, sem ser, para se apossarem de recursos

⁸ <http://www.portaldomeioambiente.org.br/GestaoAmbiental/dezcomunicacao.asp>, acesso em 02/10/2008

naturais ameaçados antes que se tornem indisponíveis ou caros demais tirar de onde está. Diante da impossibilidade de neutralidade, o profissional de comunicação ambiental precisa balizar sua conduta por um código de ética ambiental (IBIDEM)

Desse modo, proliferam-se reportagens sensacionalistas e superficiais, inundadas por expressões vazias, como “desenvolvimento sustentável” e “responsabilidade sócio-ambiental”, que passaram a ser utilizadas descriteriosamente. A última, por exemplo, que deveria ser o mínimo, é colocada como um grande mérito. O teórico Emily Plec classifica essa utilização aleatória e/ou maliciosa de certos conceitos como *(re)definition crime*, ou “crime de (re)definição”, que consiste na distorção intencional do processo de comunicação. Assim, essa ressignificação – através, por exemplo, de eufemismos – implica o ofuscamento de determinados problemas ambientais:

O propósito dessa semântica radical (uma abordagem crítica, coerente e ética) é resistir e intervir no processo através do qual poderosas elites (re)constroem usos particulares da linguagem como um instrumento intencional de opressão e dominação nos interesses quanto a uma maior consolidação de poder. (PLEC, 2007, p. 7)

Por outro lado, também é comum de se observar, principalmente entre os ambientalistas mais ortodoxos, a utilização de uma linguagem agressiva. Tal postura, em vez de despertar o interesse pelo tema, acaba por afastar a sociedade do debate ambiental, gerando uma posição reativa. É mais proveitoso para o ambientalismo, portanto, adotar um posicionamento harmônico, de diálogo, o que, porém, não significa ser passivo ou imparcial. A comunicação ambiental é essencialmente parcial, pois, se o conceito de imparcialidade só existe no plano teórico, quando se está defendendo uma causa, a parcialidade se torna uma necessidade.

Propõe-se, então, um modelo de comunicação ambiental em que o profissional esteja diretamente envolvido com o assunto. Para isso, é importante uma maior atenção à ecologia ainda na vida acadêmica. Como a temática ecológica é fundamentalmente interdisciplinar, diversas faculdades – comunicação, direito, economia, etc. – deveriam

introduzi-la em suas grades curriculares, possibilitando a maior inserção do tema no cotidiano da sociedade.

Como deve ocorrer com todas as áreas, para quem se propõe enveredar pela causa ambiental, é necessária a especialização. Isso garante, através do conhecimento acadêmico, maior capacidade de corrigir possíveis erros de suas fontes e um maior apuro crítico. Atualmente, no entanto, proliferam faculdades com perfil mercadológico, que voltam suas grades curriculares para as áreas mais visadas pelas empresas. Na comunicação, disciplinas de maior apelo comercial, como Jornalismo Esportivo e Jornalismo Cultural, são mais concorridas, desestimulando a criação de cadeiras acadêmicas voltadas para temáticas que não ocupam tanto espaço nas principais mídias.

Com o conhecimento acadêmico adquirido, cabe ao profissional de comunicação buscar abordar, de forma objetiva, questões ligadas à temática ambiental. Assim, expressões e jargões utilizados por cientistas que estudam o meio ambiente devem ser traduzidos para a linguagem coloquial, tornando o assunto mais atraente e elevando o interesse da população. O objetivo final da comunicação ambiental é, portanto, trazer para as discussões cotidianas o debate ecológico, transformando a forma com que as pessoas lidam com o tema:

Não basta ter clareza do que precisa ser mudado a fim de conseguir uma relação mais harmônica da espécie humana com as outras espécies e o próprio planeta. É preciso sensibilizar e mobilizar a sociedade em direção a esse mundo melhor, por isso, aqueles que se comunicam com o público precisam falar uma linguagem que seja percebida por todos. Se queremos a compreensão e a mobilização da sociedade para os temas ecológicos, devemos adaptar o ecologês às carências da nossa sociedade, partindo dos temas que a sociedade já domina e conhece para os que precisa conhecer a fim de construir uma melhor relação, mais harmônica, menos poluidora com seu meio ambiente e os outros seres vivos do planeta. (BERNA⁹)

Elementos gráficos, como fotos e infográficos, também colaboram para tornar as

⁹ <http://www.portaldomeioambiente.org.br/GestaoAmbiental/dezcomunicacao.asp>, acesso em 02/10/2008

reportagens ambientais mais atraentes. Vale lembrar que o meio ambiente é um tema bastante propício para fotografias fascinantes e de impacto – não apenas de desastres –, ajudando-a a se destacar das demais editorias do jornal. Além disso, os infográficos devem ser utilizados de forma a facilitar a interpretação do público, através de informações rápidas e eficientes.

Além disso, para atrair o interesse do público para o meio ambiente, é importante não apenas informar, mas também consultar especialistas, buscar soluções para problemas ambientais e promover debates. Isso significa a valorização de uma das principais características da temática ambiental: a interdisciplinaridade. Assim como na comunicação, estudiosos de diversas áreas – direito, antropologia, economia, engenharia, etc. – aproveitam as peculiaridades de seus campos de trabalho para contribuir com a causa ecológica, merecendo sempre ser ouvidos.

Portanto, não basta apenas fazer uma reportagem sobre a degradação de um ecossistema sem lhe dar continuidade. O profissional deve assumir sua responsabilidade como intermediador entre a sociedade e os responsáveis pelo crime ecológico. Assim, precisa se aprofundar no caso, ouvir especialistas e a comunidade envolvida, promover debates, buscar seus fatos geradores e cobrar soluções concretas das autoridades responsáveis:

O conhecimento do fato gerador de um problema ambiental é fundamental para que o jornalista não se contente com soluções meramente paliativas. Ao entrevistar uma autoridade ligada a um crime ecológico, o repórter comumente se depara com respostas esvaziadas ou promessas de remediação que resolvam apenas seus efeitos e não suas causas. No entanto, esse descontentamento com qualquer tipo de solução-tampão exige do profissional o descomprometimento com interesses político-econômicos e o envolvimento profundo com o ambientalismo.

Para a mídia ambiental não ficar com aspecto de editoria policial, é importante também mostrar casos de êxito ecológico, como sociedades que conseguem manter uma convivência harmoniosa com a natureza e outras que conseguiram recuperar a saúde de seus habitats. Além disso, deve-se abordar a ecologia não apenas através de seus

problemas, mas também direcionar o foco a outros assuntos relacionados, como ecoturismo, pesca, desenvolvimento de medicamentos e cosméticos, atividades agrícolas, etc.

O estudioso da comunicação ambiental Robert Cox propõe quatro princípios que corroboram as idéias já transcritas aqui:

1. A Comunicação Ambiental procura desenvolver a habilidade da sociedade de responder apropriadamente às mensagens ambientais relevantes ao bem estar tanto da civilização humana quanto dos sistemas naturais biológicos.
2. Socialmente, as representações do meio ambiente, incluindo informação governamental, sistemas de aconselhamento científico e processos de decisão deveriam ser transparentes e acessíveis para membros do público. Com relação a isso, aqueles afetados pelas ameaças à qualidade do meio ambiente devem ter recursos e possibilidade de participar de decisões que afetam suas comunidades individuais, saúde e bem estar.
3. Oportunidades e capacidades de estudos individuais ou de sociedade compartilham experiências e interagem com o mundo natural e, para envolver a comunicação de outros relativa a essas experiências, são essencialmente boas e deveriam ser cultivadas.
4. Estudantes, professores e praticantes têm o dever de educar, questionar e avaliar criticamente, senão falar em fóruns apropriados, quando representações sociais/ simbólicas de “meio ambiente”, ou outras práticas de comunicação são restringidas ou subordinadas por políticas prejudiciais e insustentáveis dirigidas a comunidades humanas e ao mundo natural. Com relação a isso, nós temos a responsabilidade através de nosso trabalho de identificar e recomendar práticas que correspondam ao primeiro princípio normativo.

4.2. Veículos de Comunicação e Meio Ambiente

Apesar de a grande mídia ser o primeiro canal de informação procurado pela população, está longe de ser o principal porta-voz das questões ambientais. Trabalhando como grandes conglomerados empresariais, esses veículos condicionam suas reportagens –

muitas produzidas por assessorias de imprensa – ao lucro, ou seja, a seus anunciantes. Como muitos desses patrocinadores são essencialmente antiecológicos, torna-se impossível uma legitimidade desses meios de comunicação como defensores do ambientalismo. Pelo contrário, o discurso ecológico é reelaborado (e deturpado) a fim de favorecer o *lobby* mercadológico.

Essa dinâmica de mercado do jornalismo atual prioriza matérias que atendam ao paradigma imediatista da pós-modernidade. Nesse sentido, questões cujas consequências mais profundas serão sentidas em um futuro longínquo são preteridas em relação a outras de implicações consideradas (erroneamente) mais urgentes. Dessa forma, o meio ambiente só ganha destaque quando está relacionado a alguma catástrofe. Essa superexposição de desastres não se restringe apenas à editoria ambiental, pois se trata de uma característica típica da grande imprensa: o gosto pela abordagem apocalíptica. Portanto, assim como há abundância de manchetes sobre tragédias familiares, é comum que tsunamis ou terremotos se tornem capa dos grandes jornais:

Essa volta do meio ambiente aos noticiários dos grandes veículos não pode ser vista somente com otimismo. Na dura realidade do jornalismo, o desastre sempre é mais noticiado que qualquer outro fato. Uma simples busca pela palavra ‘tsunami’ do material que foi publicado no site Folha Online indica 285 resultados. Enorme diferença quando falamos de ‘Quioto’, cidade japonesa sede da convenção mundial sobre mudança climática, que registra 36 páginas referentes ao assunto. (RUSCHELL¹⁰)

Apesar dessa aparente atenção dedicada aos fatos catastróficos, ao ler a matéria nas páginas internas percebe-se um conteúdo vazio, quase restrito ao material enviado por agências de notícias. O tratamento apocalíptico dado a essas questões esconde uma descontinuidade que pode ser percebida pela falta de contato com a população local e a escassez de debates e entrevistas com estudiosos. Tal contradição torna essas reportagens o maior exemplo da visão mercadológica que a grande mídia possui em relação à temática

¹⁰ <http://www.portaldomeioambiente.org.br/JMA-ArtComAmb.asp>, acesso em 19/10/2008

ambiental: enquanto há demanda, as notícias de tragédias são extrapoladas para causar impacto e atrair atenção, mas, quando estas perdem visibilidade, não há preocupação em discutir, junto aos leitores, suas causas e conseqüências.

Por outro lado, como alternativa aos meios de comunicação tradicionais, pode-se encontrar uma abordagem mais comprometida com o meio ambiente nas mídias especializadas, alternativas e comunitárias. Na verdade, os três conceitos se confundem, pois um blog ambiental, por exemplo, é, ao mesmo tempo, um veículo especializado e alternativo. Se ele atuar junto à comunidade, mobilizando-a em prol de seu ecossistema, também será comunitário.

Com a crescente preocupação em torno da causa ambiental, pode-se perceber o aumento do número de revistas e jornais especializados no meio ambiente, onde a cobertura possui uma dinâmica diferente da mídia tradicional. As reportagens são mais completas e as tragédias recebem uma atenção continuada, geralmente vindo acompanhadas de entrevistas com especialistas e da busca por suas causas e soluções. Também é comum encontrar organização de debates sobre as principais discussões ecológicas atuais, assim como matérias sobre ecossistemas locais e entrevistas com as populações nativas. Principalmente, há maior espaço para outros assuntos relacionados à ecologia, como uso científico de plantas e ecoturismo. O último, por exemplo, é o destaque da Revista Terra¹¹.

O principal desafio das revistas especializadas acaba sendo a viabilidade financeira. Apesar de constantemente receberem releases de empresas divulgando suas atitudes “ecologicamente corretas”, elas têm dificuldade de atrair patrocinadores devido à sua circulação restrita. Assim, sua verba fica comprometida e há dificuldade para se manter uma infra-estrutura básica, como um sistema informatizado e veículos para o transporte de repórteres.

O curioso é que as mesmas empresas e governos que enchem as redações da mídia especializada com releases, por um lado, excluem esses veículos de seus planos de mídia. Também não asseguram recursos

¹¹ <http://www.revistaterra.com.br>, acesso em 23/10/2008

para divulgação nos projetos ambientais que patrocinam. Depois se queixam que os resultados obtidos não receberam a divulgação que merecia, que apesar de todo o investimento em projeto de responsabilidade sócio-ambiental a imagem institucional da empresa ou Governo continua péssima, ou que o evento, curso ou seminário ambiental não recebeu o público esperado por falta de divulgação. (BERNA¹²)

Porém, é na internet que a temática ecológica vem ganhando mais espaço. Além de ser cada vez mais procurada pelos órgãos de imprensa, proliferam-se fóruns e blogs dedicados exclusivamente ao meio ambiente. O ciberespaço permite que qualquer militante que lhe tenha acesso expresse sua opinião sobre a causa ambiental, participando de debates, escrevendo artigos e protestando junto às autoridades através de e-mails. Dessa forma, com essa peculiaridade de oferecer maior interatividade, a mídia *online* aproxima-se do objetivo principal da comunicação ambiental de tornar a ecologia mais presente nas discussões sociais.

Em todo ciberespaço pode-se encontrar grande mobilização em torno da causa ambiental, com campanhas de conscientização, fotos e vídeos sobre ecologia, links para blogs e sites especializados, etc. Essa articulação em rede permite ao leitor maior variedade de temas ligados ao meio ambiente, favorecendo o aumento do interesse pelo assunto. O blog Meio Ambiente Urgente¹³, por exemplo, oferece artigos, curiosidades, campanha pela reciclagem, indicação de colunistas, entre outros. No entanto, ele apresenta uma carência de conteúdo relacionado aos ecossistemas locais. É claro que temáticas mais genéricas, como aquecimento global, transgênicos e efeito estufa devem receber atenção, mas, no caso, estas representam a totalidade dos assuntos abordados.

Portanto, qualquer pessoa que tenha acesso à internet e se preocupe com seu ecossistema pode se manifestar através de fóruns e blogs. Tal facilidade de comunicação favorece o surgimento de páginas dedicadas ao meio ambiente local. Essa descentralização da informação inclui tanto habitantes de metrópoles preocupados com seus problemas

¹² <http://www.portaldomeioambiente.org.br/GestaoAmbiental/dezcomunicacao.asp>, acesso em 20/10/2008

¹³ <http://www.meioambienteurgente.blogspot.com.br>, acesso em 23/10/2008

ambientais quanto populações mais isoladas, que recebem pouca atenção da grande mídia. No entanto, o entrave mais relevante continua sendo a questão financeira, pois, no Brasil e em diversos países, o acesso à rede virtual ainda é muito restrito.

Não se pode, contudo, pensar na internet apenas como um veículo de informação independente. Grandes empresas de comunicação também estão presentes no ciberespaço, como a Revista Época, através do Blog do Planeta¹⁴. Porém, como este está umbilicalmente ligado à mídia tradicional, percebe-se um conteúdo em grande parte oriundo das assessorias de imprensa. No dia do acesso, dos 10 artigos disponíveis, 4 apresentavam claro interesse comercial: “Hotel mais sustentável do mundo fica na Bahia”, “O carrinho de nylon” (sobre os “carrinhos de supermercado sustentáveis” da empresa Masterplatic), “Recarregue seu iPod andando” (praticamente um título de publicidade) e “Vazaram imagens do novo Toyota Prius” (o blog não era ambiental?).

¹⁴ <http://blogdoplaneta.com/colunaepoca>, acesso em 23/10/2008

5. COMUNICAÇÃO AMBIENTAL ENQUANTO COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA

Depois de analisar a atuação das mídias comunitárias e da comunicação ambiental, de forma genérica, procura-se estabelecer um parâmetro para buscar, através da comunicação junto às comunidades locais, a preservação de seus ecossistemas. Para isso, primeiramente deve-se estabelecer mecanismos de afirmar e valorizar as identidades culturais. A partir de então, deve-se estimular a população a participar do projeto de forma a defender sua cultura.

Para afirmar a viabilidade prática da integração entre conhecimento acadêmico e popular, deve-se citar exemplos de universidades que já atuam junto a populações tradicionais. Também é válido mostrar mídias comunitárias que atuam em prol das culturas tradicionais e da preservação ambiental. Por fim, é preciso reafirmar o caráter articulador desses veículos, tanto junto a instituições locais quanto com outros meios de comunicação locais.

Através de um estudo de caso, é possível verificar a comunicação comunitária sendo desenvolvida na prática, a partir do resgate do orgulho das populações tradicionais em relação a sua cultura. Para enfatizar a relação intrínseca das características de cada identidade com a conservação de seu ecossistema, deve-se analisar um povoado tradicional, que não tenha sido envolvido pelo processo de urbanização. Assim, o Jornal O ECO, de Ilha Grande/RJ, aparece como projeto emblemático da relação entre o papel da mídia local e a preservação ambiental.

5.1. Comunicação Comunitária e Meio Ambiente

O povo quilombola vem sofrendo graves ataques e perseguições das mais diversas formas, promovidos pelo Governo brasileiro que prioriza os interesses do Agro-hidronegócio que veio para massacrar os Povos e Populações Tradicionais, entre eles os Afro-descendentes. Através da Advocacia Geral da União (AGU) retiram direitos, afrontam o decreto 4887/2003, a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho

(OIT), a serviço dos latifundiários e das grandes empresas Multi-Multinacionais. (Carta de Repúdio aos Ataques Contra o Povo Quilombola, 1º parágrafo)¹⁵

O texto acima é um pequeno trecho da Carta de Repúdio aos Ataques Contra o Povo Quilombola. Neste caso, observa-se uma negação por parte do povo quilombola em relação ao modelo de desenvolvimento defendido pelo governo. Essa carta está sendo difundida pela internet através de e-mails e diversos sites, como o do Conselho Indigenista Missionário¹⁶. Assim, há claramente uma rede de articulação em prol das populações tradicionais, que vêem seus ecossistemas sendo destruídos pelos tais “interesses globais”.

As grandes ameaças ao meio ambiente, como o aquecimento global, o desmatamento e a destruição da camada de ozônio deveriam ser intensamente debatidas pelos meios de comunicação. No entanto, se estas questões já são tratadas de forma alarmista e superficial pela mídia tradicional, problemas relacionados a ecossistemas específicos, como o das populações quilombolas, praticamente não recebem sua atenção. Isso ocorre tanto por descaso quanto por uma linha editorial a serviço de interesses político-econômicos. Nesse sentido, é providencial recorrer ao esclarecimento de Klaus Frey sobre a distinção de Hoffmann-Axthelm (1993) entre “ecologia do sujeito” e “ecologia global”:

Sob o conceito da ecologia do sujeito Hoffmann-Axthelm entende a preocupação que cada indivíduo tem com seu próprio ambiente, particularmente quando este está sendo ameaçado na sua qualidade ou até na sua existência. É característico da ecologia do sujeito que o indivíduo se sinta pessoalmente atingido pela destruição ambiental. Este motivo, por sinal, desempenhou papel fundamental e foi força motriz no surgimento do movimento ambientalista. Em contraposição, o conceito da ecologia global é, na compreensão de Hoffmann-Axthelm, mais amplo. Pode ser entendido como uma ecologia central ou societal, que contempla as grandes ameaças ecológicas planetárias, cuja dimensão e gravidade não se revela ao sujeito de forma direta e visível. O progresso na área ambiental, que foi alcançado nos países contemporâneos, deve-se quase exclusivamente às manifestações militantes estimuladas pelas ameaças diretas e evidentes, as quais as sociedades e os indivíduos estão

¹⁵ Versão completa em anexo

¹⁶ <http://www.cimi.org.br/?system=news&action=read&id=3463&eid=142>, acesso em 27/10/2008

enfrentando. Particularmente, as experiências com a política ambiental local mostram o grande potencial transformador do protesto popular, pelo menos nos casos em que os grupos locais se sentem diretamente afetados por ameaças ambientais. (FREY, 2001, p. 22)

Tanto os problemas ambientais globais quanto locais resultam de um mesmo processo de desenvolvimento tecno-científico baseado no consumismo e em atividades predatórias. No entanto, as questões relacionadas à degradação do ecossistema global ainda não receberam a atenção merecida da sociedade porque cada indivíduo ainda não se sente pessoalmente atingido pela destruição ambiental, cujos efeitos são considerados como longínquos. Já no âmbito regional, essas conseqüências são sentidas de forma mais intensa e imediata, como no exemplo das populações quilombolas. Urge, portanto, o desenvolvimento de mecanismos que possam dar voz aos povos tradicionais, uma vez que são esses os maiores afetados em suas “ecologias do sujeito”.

Nada mais coerente que buscar uma união junto às populações locais para iniciar um projeto de comunicação comunitária. Como já citado, são essas, como herdeiras de conhecimentos empíricos tradicionais, quem melhor sabem lidar com seu ecossistema. Portanto, a sabedoria acadêmica nunca deve ser utilizada verticalmente, mas sim de forma a contribuir para dar voz a essa experiência popular no sentido de preservar o meio ambiente local.

Algumas universidades já possuem projetos de desenvolvimento local. A faculdade de jornalismo da Univali/SC criou o programa de Formação em Educação Ambiental e Gestão Comunitária. Trata-se de um conjunto de ações voltado para as comunidades tradicionais de Santa Catarina, como o projeto “Olho Vivo”, que objetiva o monitoramento ambiental voluntário na comunidade de pescadores/maricultores de Penha. Essa iniciativa é divulgada online, através de um blog universitário¹⁷.

No mesmo objetivo, a COPPE/UFRJ, em parceria com a Petrobras, criou em Arraial do Cabo/RJ o programa Ressurgência¹⁸, que visa resgatar a tradição pesqueira da cidade e

¹⁷ <http://blogdojornalismo.wordpress.com/2008/08/31/agir-local>, acesso em 02/11/2008

¹⁸ <http://www.ressurgencia.org.br>, acesso em 02/11/2008

preservar o ecossistema local, tendo como uma de suas principais estratégias o fortalecimento da comunicação comunitária. No entanto, uma iniciativa externa patrocinada pela empresa que mais polui os recursos hídricos do país¹⁹ pode comprometer seriamente o engajamento de seus participantes com o projeto.

Em um projeto verdadeiramente comprometido com o desenvolvimento local, o profissional de comunicação deve compartilhar seu conhecimento técnico junto à comunidade, numa relação de duplo aprendizado: enquanto a população local aprende técnicas até então restritas à universidade – através de oficinas, cursos e workshops –, o comunicador conhece as características regionais, como as peculiaridades culturais, a relação entre sujeito e ecossistema, as atividades tradicionais, etc. Assim, pode-se, em conjunto, elaborar estratégias para a preservação ambiental.

Uma vez estabelecida uma inter-relação positiva, a finalidade primordial deve ser o trabalho para reafirmar as características identitárias da população. Só o fato de a própria comunidade ser sujeito do projeto de comunicação já propicia uma peculiaridade local à mídia comunitária. Isso envolve desde a utilização da linguagem popular até a vontade de reavivar a memória coletiva. Em geral, são os habitantes mais experientes que possuem maior conhecimento das técnicas artesanais herdadas de seus ascendentes. Desse modo, é necessário atrair o interesse destes para projetos (como oficinas) que envolvam os mais jovens nessas atividades.

O reconhecimento e a apreciação de uma cultura pelas outras colabora para fortalecer o sentimento de orgulho da comunidade e a vontade de mantê-la. Por isso, deve-se investir na organização e divulgação de festividades típicas da região. Também é importante a articulação sempre junto a pessoas que trabalham a tradição local, atuando de forma a valorizar e divulgar o trabalho dos artistas regionais, como músicos, fotógrafos, pintores e poetas.

Em Arraial do Cabo, o “Portal 100% Arraial”²⁰ atua na organização e divulgação do

¹⁹

http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2008/03/17/petrobras_e_a_maior_poluidora_de_aguas_do_brasil_diz_ong_1233370.html, acesso em 27/10/2008

²⁰ <http://www.100pctarraialdocabo.com.br/>, acesso em 27/10/2008

Festival da Lula, que ajuda a colônia de pescadores não só a multiplicar sua receita, como manter viva essa cultura da pesca. Outro projeto apoiado por essa mídia comunitária é o “Meninas Arteiras”, que resgata uma atividade tradicional quase perdida. Além disso, o portal online difunde a cultura local através de reportagens sobre as personalidades da cidade, reprodução de receitas gastronômicas típicas, divulgação de manifestações artísticas, como a Semana da Poesia, festivais de música, etc.

Com o resgate dessa sensação de orgulho e afirmação da cultura local, cria-se um sistema de retro-alimentação positiva: quanto maior o sentimento de pertencimento da população àquela identidade única, mais os cidadãos lutarão para que este não se perca. Com isso, a comunidade se mobiliza e busca meios de assegurar a preservação do ecossistema local, que passa a ser visto como sua forma de garantir a manutenção das práticas artesanais, de sua fonte de renda e do bem estar social.

Primeiramente, para contribuir como canal de luta pelas demandas cidadãs, é necessário uma pesquisa *in situ* com a finalidade de saber o grau de conhecimento da comunidade acerca da legislação ambiental local. Com isso, a mídia comunitária pode informar aos cidadãos sobre essas leis e fiscalizar seu cumprimento de diversas formas: implantando um sistema de denúncia eficiente, fomentando a discussão junto aos órgãos públicos, consultando especialistas, promovendo debates, fazendo reportagens sobre crimes ecológicos, etc. Para isso, é essencial incentivar a população a participar do projeto. Mesmo que muitos não se interessem pela área de comunicação, há diversas formas de colaboração, como o envio de fotos-flagrantes, cartas dos leitores, entre outras.

Além disso, é essencial uma articulação junto a instituições de ensino locais (onde se aprende valores, como o respeito à natureza). Desse modo, pode-se implantar um sistema de parceria com escolas da região, através de projetos que levem os estudantes a conhecer e praticar atividades típicas da localidade, de forma a preservar essas características culturais. Adicionalmente, pode-se levar para as salas de aula cartazes informativos, estudiosos, ambientalistas, entre outros. Também é importante estabelecer uma rede de comunicação e integração entre outros parceiros, como ONGs, agentes sociais, autoridades, etc.

Como uma mídia comunitária nunca deve assumir uma postura isolacionista, é importante buscar o intercâmbio com outras, no sentido de conhecer diferentes projetos ambientais junto às diversas comunidades. Além disso, a articulação em rede fortalece os meios de comunicação locais, que podem criar entidades, fóruns de discussão, encontros periódicos, etc. Vale lembrar que foi a partir dessa integração que foi possível elaborar e divulgar a carta do povo quilombola.

5.2. Estudo de Caso: Jornal O ECO / Ilha Grande

Considerada por milionários cariocas e paulistas como local perfeito para passar os dias de descanso, Ilha Grande, pertencente ao município de Angra dos Reis, é abordada pela mídia tradicional quase sempre por seu potencial turístico ou em ocasiões de desastre ambiental. Desse modo, as pequenas comunidades que compõem o cotidiano da região são ofuscadas e a imagem da ilha está quase sempre relacionada aos grandes iates e veleiros que ali atracam durante as férias e feriados.

O Jornal O ECO vem justamente atender aos interesses dessas comunidades locais, tendo distribuição gratuita e sendo patrocinado exclusivamente pelos comerciantes da ilha. Os anúncios nas páginas do jornal são compostos apenas por pousadas, restaurantes típicos e empresas de turismo, que dependem da preservação ambiental para manter suas atividades. Essa independência em relação a grandes conglomerados empresariais permite o maior comprometimento com a população e com o ecossistema da região.

Esse foco dado à preservação ambiental pode ser observado tanto no próprio nome do jornal quanto na composição de seus colaboradores, que conta com ambientalistas, professores e jornalistas. A presença desses profissionais de comunicação colabora para a formatação e a edição do jornal, demonstrando a capacidade de articulação entre saber popular e acadêmico. No entanto, a maioria dos participantes do projeto são moradores da ilha, o que não permite a pulverização das características locais. Logo na segunda página, uma nota de rodapé avisa:

Este jornal é de uma comunidade. Nós não optamos pelo nosso jeito de ser e pelo nosso dia-a-dia portanto, algumas coisas poderão fazer sentido somente para quem vivencia nosso cotidiano. Esta é a razão de nossas desculpas por não seguir certas formalidades acadêmicas de jornalismo. Sintetizando: “é de todos para todos e do jeito de cada um”! (Jornal O ECO, Agosto de 2008, nº 111, p. 2)

Como pode ser observado, o jornal possui uma linguagem própria da comunidade. Esse já é o primeiro aspecto que aproxima essa mídia da população, colaborando para manter a identidade cultural da região. Além disso, percebe-se uma forte valorização e divulgação das tradições locais. Durante a Semana do Folclore, O ECO promoveu, na Escola Municipal Brigadeiro Nóbrega, apresentações de danças típicas, como ciranda, caranguejo e chapéu. Além disso, na vila de Bananal, onde há uma pequena colônia de japoneses, foi realizada a Festa da Cultura Japonesa.

Acreditamos cada vez mais que o lado artístico desta questão aumente a auto-estima dos jovens. E que eles passem a acreditar que dentro do mundo globalizado, nossa cultura é importantíssima e com certeza bem melhor que os pacotes que vêm de fora, pois, abre um grande espaço pra quem está aqui. O caminho a percorrer para estes jovens é bem menor se for com coisas nossas. Um “show” na praça mostrando a nossa cultura para os nossos visitantes é algo que gira pelo mundo imediatamente, levado pelos próprios turistas, que ficam encantados com a cultura local. (Jornal O ECO, Agosto de 2008, nº 111, p. 19)

Pode-se perceber que O ECO procura agentes locais, como a escola Brigadeiro Nóbrega, para se articular em torno da valorização das tradições culturais e da preservação ambiental. Desse modo, o jornal coloca-se como canal de comunicação entre autoridades e a população, como pode ser percebido na reportagem “Parque da Ilha Grande discute com a comunidade seu novo Plano de Manejo”. Nesse caso, além da matéria sobre o evento, onde ocorreram debates sobre o plano, há uma nota do editor em que ele convoca os

moradores da ilha para a próxima reunião sobre o tema:

Para que você morador possa falar mal ou bem do IEF, existe a obrigação de participar das palestras, das discussões, dos projetos, da reestruturação do Parque, saber o que está sendo feito ou não, enfim tem que estar informado para poder questionar. Não basta só ler O ECO, tem que participar ativamente das questões (...) Concito a comunidade participar mais, se quiser proteger nossa boa qualidade de vida através dos tempos. Agora, se está bem como está, continue no berço esplêndido ou “tocando viola de papo pro ar” que o futuro próximo lhe mostrará o desastre. Tenha em mente que as pretensões do Poder Público para o planeta, raramente servirão para a humanidade, razão de estarmos sempre atentos. (Jornal O ECO, Agosto de 2008, nº 111, p. 9)

Essa atenção dada ao meio ambiente pode ser observada também no espaço dedicado exclusivamente ao ecossistema local. Seis das trinta páginas do jornal pertencem à seção “Questão Ambiental”. Além disso, em diversas outras páginas há assuntos relacionados diretamente com a ecologia, como pesca, turismo, tradições culturais, etc. Também é importante observar o caráter informativo dessa mídia, que pode ser observado numa matéria explicando sobre a Leishmaniose, doença com diversos registros de caso na ilha.

Em todo conteúdo d'O ECO, pode-se encontrar traços de seu caráter articulador. Além de matérias sobre a Ilha Grande, há reportagens sobre outros locais que mantêm um elevado grau de preservação ambiental, como a Ilha do Mel/PR e Paraty/RJ. Essa última recebeu atenção especial devido ao XXVI Festival da Pinga (dedicado à bebida típica da região), que contou com apresentação do grupo de cirandeiros “Sete Unidos da Ilha” e da “Cia. De Dança e Arte Paraty”. Além disso, quatro páginas pertencem à seção “Fala Leitor”, que permite aos moradores opinar sobre os assuntos da comunidade, e outras quatro são ocupadas por colunas (todas abordando, de alguma forma, a questão ecológica). Um dos colunistas resume bem a idéia de desenvolvimento local:

(...) Valorizar e capacitar os filhos da terra e todos aqueles que

adotaram a Ilha Grande como sua terra natal há muitos anos atrás, respeitando e preservando os costumes e tradições ainda é o melhor caminho para o desenvolvimento da Ilha Grande como paraíso turístico, visando a melhoria de vida de todos aqueles que até então estão totalmente esquecidos (ROSÁRIO, Jornal O ECO, Agosto de 2008, nº 111, p. 25)

O jornal também dispõe de uma edição online²¹ que permite ao leitor o acesso ao conteúdo na íntegra, sem precisar se cadastrar. Além disso, há também uma página dedicada aos parceiros, como o Ilha Grande.org²² (dedicado ao turismo) e o Diário da Ilha Grande²³ (portal de notícias sobre a ilha). No entanto, a versão virtual d'O ECO parece um tanto ultrapassada. Falta dinamismo e maior interatividade com o internauta. A maior contribuição da internet, a possibilidade de se fazer comentários (aumentando a horizontalidade), é quase ignorada. Há apenas um espaço para enviar mensagens, que vão direto para a caixa de e-mail. Também poderia haver mais informações sobre os projetos locais, blogs e web rádios da comunidade, etc.

²¹ <http://www.oecoilhagrande.com.br/index.htm>, acesso em 20/11/08

²² <http://ilhagrande.org/Ilha-Grande-Portal>, acesso em 20/11/08

²³ <http://www.diariodailha.com>, acesso em 20/11/08

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do atual quadro de crise ambiental, é necessário buscar, nas diferentes formas de conhecimento, contribuições para compreender e superar os desafios ecológicos. Na área da comunicação, mais especificamente no jornalismo, percebe-se a incompatibilidade da visão mercadológica dos principais veículos de informação com a defesa da preservação da natureza. Esse comprometimento econômico, aliado a uma formação acadêmica escassa para a temática, resultada em reportagens geralmente alarmistas e superficiais. Desse modo, é raro encontrar apurações mais aprofundadas com continuidade, que, de fato se preocupem com os problemas relativos ao meio ambiente.

Propõe-se, então, a busca por meios alternativos de abordar a temática ambiental. Na mídia especializada é possível encontrar reportagens com maior comprometimento com o assunto, contando com entrevistas com especialistas, promoção de debates, continuidade das matérias, etc. No entanto, é na internet que se pode perceber a articulação de pessoas preocupadas com a ecologia. Esse fenômeno pode ser percebido não só por sites de revistas ambientais, mas também pelo crescente número de sites pessoais, blogs e fóruns dedicados ao tema.

Essa comunicação em rede contribui para a descentralização da informação, permitindo que qualquer um que tenha acesso à internet possa emitir sua opinião sobre o tema. Desse modo, o ciberespaço deve ser reconhecido como um canal para debates, fortalecimento do interesse social pela ecologia e cobrança das autoridades. Essa democratização, no entanto, é parcial, já que a comunicação online é restrita a algumas camadas sociais e não é absorvida da mesma forma por todas as culturas.

A partir do reconhecimento de impotência da civilização urbano-industrial e do conhecimento tecnocientífico diante da crise ecológica, deve-se buscar, nas populações tradicionais, o caminho para a preservação ambiental. Essas, além de serem as que mais sentem as consequências do desenvolvimento antiecológico atual (como mostra a Carta do Povo Quilombola), são as que possuem a forma menos agressiva de lidar com o ecossistema, baseadas em sua sabedoria empírica e suas técnicas artesanais.

Essas populações tradicionais devem ser valorizadas e elevadas a um patamar inédito, onde possuem voz própria para preservar sua identidade e lutar por suas demandas cidadãs. Dessa forma, as mídias comunitárias funcionam como ferramentas de reafirmação identitária diante do processo de globalização e supressão de algumas culturas por outras com maior poder político-econômico.

É, portanto, através da comunicação comunitária que se pode fortalecer a linguagem própria, difundir as técnicas artesanais para as novas gerações, promover festividades típicas, divulgar as leis ambientais, entre outros. Assim, contribui-se para o sentimento de orgulho e reafirmação da comunidade por suas características próprias, o que leva à busca por seus direitos. Por conseguinte, essas mídias locais também se tornam canais de mobilização social e reivindicação junto às autoridades.

Valorizar a comunicação comunitária significa, portanto, a priorização da melhoria da qualidade de vida baseando-se na sabedoria popular e nas características culturais de cada sociedade (desenvolvimento local). Uma frase tão sintética faz transparecer que tal proposta é um conceito fechado. No entanto, está em constante transformação e atualização, sendo esta monografia apenas mais uma colaboração para seu aprimoramento teórico. Afinal, o que se pretende é que a temática ambiental seja cada vez mais debatida, trabalhada e desenvolvida, tanto academicamente quanto nas diferentes camadas sócio-culturais.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AGUIAR, Leonel A. de. *Imaginário E Natureza: Discurso Biocêntrico: uma ética de retorno ao sagrado?*. Semiosfera, ano 3, nº 4-5, 2003. Disponível em: <http://www.eco.ufrj.br/semiosfera/>
- ALBAGLI, Sarita. *Interesse no Global no Saber Local: geopolítica da biodiversidade*. Seminário “Saber Local/ Interesse Global: propriedade intelectual, biodiversidade e conhecimento tradicional na Amazônia”. Belém: Museu Goeldi, Cesupa, 2003.
- BERNA, Vilmar. *Dez Mandamentos da Comunicação Ambiental*. Disponível em: <http://www.portaldomeioambiente.org.br/GestaoAmbiental/dezcomunicacao.asp>
- COX, Robert. *Nature's “Crisis Disciplines”: Does Environmental Communications Have an Ethical Duty?*. In: *Environmental Communication: A Journal of Nature and Culture*, 1:1, 5 – 20, 2007.
- ELHAJJI, Mohammed. *Comunicação, Cultura e Conflitos: uma abordagem conceitual*. In: PAIVA, Raquel e BARBALHO, Alexandre. *Comunicação e Cultura das Minorias*. São Paulo: Paulus, 2005.
- FEYERABEND, Paul. *Contra o Método*. In: LYRA, Edgar. *Filosofia da Ciência*. Apostila de Relações Internacionais, PUC-RIO.
- FREY, Klaus. *A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local*. Ambient. Soc., 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/n9/16878.pdf>
- GUATTARI, Felix. *As Três Ecologias*. São Paulo: Papyrus, 1993.
- HEIDEGGER, Martin. *A Origem da Obra de Arte*. Lisboa: Edições 70, 1989.
- HERSCOVITCH, Alan. *O local na era da globalização: contribuição para uma análise crítica*. Revista Brasileira de Comunicação. Vol. XIX, n. 1. São Paulo: Intercom, 2006.
- IANNI, Octávio. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- PEREIRA JR., José de Sena. *Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável*, 2002. Disponível em: <http://apache.camara.gov.br/portal/arquivos/Camara/internet/publicacoes/estnottec/pdf/208366.pdf>
- LAYRARGUES, Philippe P. *Do Ecodesenvolvimento ao Desenvolvimento Sustentável: evolução de um conceito?* In: *Proposta*, 25 (71): 5 – 10, 1997. Disponível em: http://material.nerea-investiga.org/publicacoes/user_35/FICH_PT_32.pdf
- LYRA, Edgar. *Filosofia da Ciência*. Apostila de Relações Internacionais, PUC-RIO.
- MARQUES, José Geraldo. *Pescando Pescadores: ciência e etnociência em uma perspectiva ecológica*. São Paulo: NUPAUB, 2001.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Globalização Comunicacional e Transformação Cultural*. In: MORAES, Denis de. *Por Uma Outra Comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- PAIVA, Raquel. *Estratégias de Comunicação e Comunidade Gerativa*. In: PERUZZO, Cicília. *Vozes Cidadãs: aspectos teóricos e análises de experiências de comunicação popular e sindical na América Latina*. São Paulo: Angellara Editora, 2004.
- PERUZZO, Cicília M.K. *Mídia Local e suas Interfaces com a Mídia Comunitária*. Anuário UNESCO/UMESP de comunicação regional. São Bernardo do Campo: Cátedra UNESCO/UMESP, 2003.
- PLEC, Emily. *Response to Cox: Crisis, Coherence and the Promise of Critical Rethoric*. 2007.
- RUSCHELL, Rogério. *Jornalismo em defesa do verde*. Disponível em: <http://www.portaldomeioambiente.org.br/JMA-ArtComAmb.asp#ro1>
- SANTOS, B.S. *Um discurso sobre as ciências*. 11 Ed. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

Anexo 1:

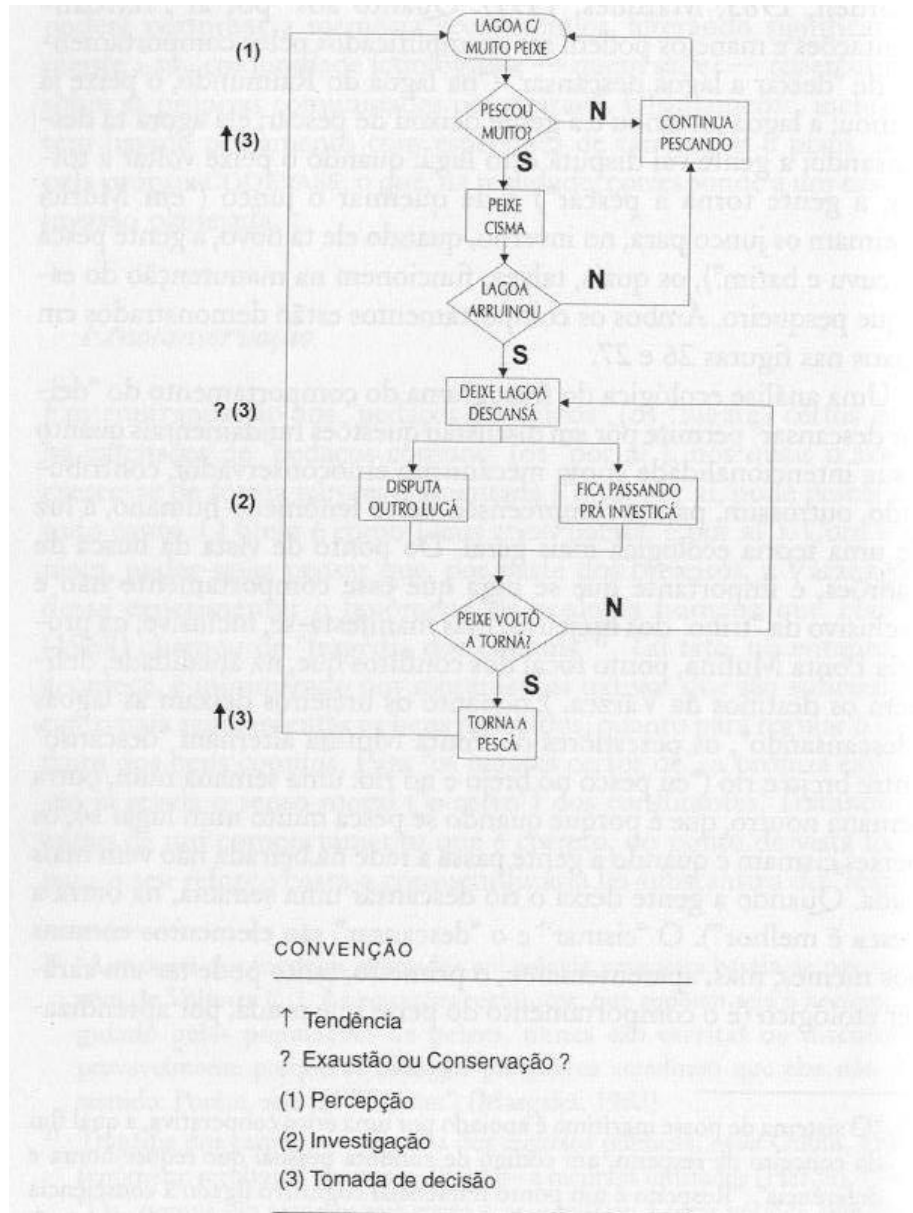


FIGURA 26. Mecanismo de regulação de recursos pesqueiros: o caso do “deixar a lagoa descansar”. O fluxograma evidencia o padrão de revisitas do brejeiro maritubano comportando-se como um “estrategista de retorno” (Colinvaux, 1986).

Anexo 2:

CARTA DE REPÚDIO AOS ATAQUES CONTRA O POVO QUILOMBOLA

O povo quilombola vem sofrendo graves ataques e perseguições das mais diversas formas, promovidos pelo Governo brasileiro que prioriza os interesses do Agronegócio que veio para massacrar os Povos e Populações Tradicionais, entre eles os Afro-descendentes. Através da Advocacia Geral da União (AGU) retiram direitos, afrontam o decreto 4887/2003, a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a serviço dos latifundiários e das grandes empresas Multinacionais.

Como se não bastasse a produção de eucaliptos nos estados do Espírito Santo, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro; a produção de soja em vários estados brasileiros; a transposição das águas do Rio São Francisco; as construções de grandes barragens em vários estados brasileiros; a construção do gasoduto no Espírito Santo; concessão de terras para expansão do agronegócio no Norte do Brasil e o descaso com os quilombolas da Marambaia-RJ e de Alcântara -MA. O decreto nº 4887/2003, que trata da regulamentação das terras de Quilombos, está sendo atacado no Congresso Nacional pela bancada ruralista, representada pelo partido dos Democratas (Dem), numa Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), onde é defendida a necessidade de uma lei disciplinando o artigo 68 do ADCT e também representada pelo Deputado Federal do PMDB de Santa Catarina, Valdir Colatto, que entrou com o Projeto de Decreto Legislativo propondo a sustação do Decreto 4887/2003.

Este mesmo grupo também defende a não aplicabilidade da Convenção 169 da OIT que trata dos povos indígenas e tribais e são contrários a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, com texto que trata da regularização fundiária dos territórios de quilombos, ou seja, todos os instrumentos legais que beneficiam a nossa luta estão passando por um processo muito forte de perseguição. Na maioria dos Territórios Quilombolas a efetivação das políticas tão divulgadas no Programa Brasil Quilombola e, mais recentemente, na Agenda Social Quilombola, são de uma precariedade, a exemplo da saúde, educação, acessibilidade (estradas de acesso), geração de trabalho e renda, e principalmente a regularização dos

territórios Quilombolas.

Para o Movimento Quilombola existem atualmente mais de 3.000 comunidades quilombola nos mais diversos processos. Desde a promulgação da Constituição Federal em 1988, O *Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos* – sob responsabilidade da Fundação Cultural Palmares, entidade vinculada ao Ministério da Cultura – registra a existência de apenas 1.228 comunidades quilombolas. Até junho de 2008, apenas 143 comunidades quilombolas haviam recebido o título de propriedade de seu território. Esse número representa apenas 12% do total de comunidades até agora catalogadas pela Fundação Cultural Palmares e nem 5% da totalidade estimada pelo movimento social, indicando que a atuação governamental ainda está muito aquém do necessário para garantir o direito à terra, previsto nos artigos 13 e 14 da Convenção 169 da OIT.

Com o argumento de defender a manutenção do decreto 4887/2003, o governo formou um grupo de trabalho para alterar a Instrução Normativa de Nº 20. De acordo com a Convenção 169 da OIT é obrigatória a consulta de boa fé aos quilombolas com o objetivo de haver consentimento, antes da efetivação de qualquer ação que venha a afetar seus espaços, suas culturas, seu modo de viver e fazer nos seus territórios. Ocorre que nunca fomos consultados sobre a maioria das ações acima mencionadas, com exceção da alteração da Instrução Normativa em que o governo ensaiou uma consulta que não podemos considerar legal, pois já recebemos o documento pronto e tivemos apenas três dias para ouvir a apresentação do documento pelo governo e colocar os nossos questionamentos.

Nesta consulta percebemos que as propostas de alteração dos artigos da IN retrocedem absurdamente quanto à efetivação dos direitos quilombolas. Por isso não houve consentimento da nossa parte na maioria das alterações e segundo o GT aquele documento seria encaminhado para o Presidente da República dar o veredicto final. Não entendemos como o governo estava tão preocupado e apressado em alterar a IN do Incra, pois a consulta foi realizada em abril de 2008 e só agora em 19 de setembro de 2008 teve a aprovação do presidente Lula. Mesmo assim, sem levar em consideração as nossas discordâncias, o que torna o documento ilegal, pois não houve acordo sobre a maioria dos

pontos aprovados na alteração da IN 20.

Por entender que a nova IN fere profundamente os nossos direitos garantidos na convenção 169 da OIT - em especial o princípio da boa-fé, centrando fogo no recuo em relação ao conceito de território, auto-identificação e supressão da competência do INCRA, previstas no decreto 4887/2003 - encaminhamos em 1º de setembro de 2008 uma comunicação à OIT manifestando a nossa insatisfação e sugerindo uma série de recomendações. O que mais chama a atenção é que todo esse retrocesso, com os argumentos de estar defendendo a manutenção do decreto 4887, não impediu a pressão da bancada ruralista para a aprovação dos projetos de lei e da ADIN, que continuam tramitando no Supremo Tribunal Federal, podendo ser votadas a qualquer momento.

Nós queremos apenas usufruir dos espaços que os nossos ancestrais conquistaram a custa do seu suor e do seu sangue derramado nas duras batalhas para defender um futuro digno para os seus descendentes. Diante do exposto, conclamamos a todos os segmentos defensores das causas dos oprimidos que apoiem a nossa luta nas reivindicações que se seguem:

- Que o Presidente da República respeite as posições dos quilombolas que rechaçaram as propostas de alterações feitas pelo governo. Para que a consulta fosse considerada de boa-fé, nos moldes da OIT, somente os pontos consentidos pelos quilombolas deveriam ser alterados;
- A urgência na realização de uma audiência do Presidente Lula com representantes da CONAQ e com as representações estaduais dos quilombolas, dando as condições necessárias para que haja de fato a participação dos quilombolas, os maiores prejudicados;
- Aplicabilidade da Convenção 169 da OIT em todos os atos que causem impactos na vida dos quilombolas;
- A imediata aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, conforme a redação aprovada no Senado Federal;
- A manutenção da constitucionalidade do Decreto 4887/2003;
- Que os Deputados, Senadores e o Supremo Tribunal Federal Rejeitem os Decretos Legislativos Nº 44/2007 do (Deputado Valdir Collato do PMDB-SC) e ação de inconstitucionalidade (PFL atual Democratas) contra o decreto 4887/2003;

- Que o Governo Federal acate as proposta apresentadas pelos quilombolas na alteração da IN 20/2005 do Incra apresentadas na Consulta Pública realizada em abril de 2008;
- Imediata agilidade nos processos de identificação, reconhecimento, demarcação e titulação dos Territórios Quilombolas;
- Desburocratização do acesso às políticas públicas, em especial às divulgadas na Agenda Social Quilombola e no Programa Brasil Quilombola, priorizando de fato as organizações quilombolas; e
- Que o governo priorize a criação de programa de estado, ao invés de programa de governo, que venha beneficiar os quilombolas.

9 de outubro de 2008

ASSINAM ESTE DOCUMENTO AS SEGUINTE ORGANIZAÇÕES E PESSOAS:

Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais

Agentes de Pastoral Negros do Brasil

Associação Nacional de Ação Indigenista

Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Rio de Janeiro

Associação dos Agricultores e das Agricultoras Familiares do Sítio Poço Verde

Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais da Bahia

Associação Quilombola de Conceição das Crioulas

Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva

Centro de Cultura Luiz Freire

Coordenadoria Ecumênica de Serviço

Centro pelo Direito à Moradia Contra Despejos

Comissão Pró-Índio de São Paulo

Comunidade Ango Congolesa no Brasil

Coordenação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Mato Grosso do Sul

Federação das Associações das Comunidades Quilombolas do Estado do Rio Grande do Sul.

Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais - N'golo

Grupo de Trabalho sobre Regularização de Territórios Quilombolas de Minas Gerais

Instituto de Assessoria as Comunidades Remanescentes de Quilombo

Justiça Global

KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço
Movimento Nacional de Direitos Humanos
Movimento Negro Unificado- Brasil
Movimento Negro Unificado - Maranhão
Movimento Negro Unificado de Santa Catarina
Rede Social de Justiça e Direitos Humanos
Sindicato dos Servidores Federais/ RS
Terra de Direitos
Pastor Ervino Schmidt - Presidente do CONIC-RS